

CADERNO TÉCNICO

TEXTOS DE REFERÊNCIA

Brasília, março • abril • maio de 2015



Fundação João Mangabeira



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - PSB

2015 - 2018

CADERNO TÉCNICO

Textos de Referência

Fundação João Mangabeira



Brasília, março • abril • maio de 2015



Diretoria Executiva

Presidente / Diretor Geral: **Renato Casagrande**

Diretor Administrativo: **Milton Coelho da Silva Neto**

Diretor de Cursos: **Vivaldo Vieira Barbosa**

Diretor Financeiro: **Renato Xavier Thiebaut**

Diretor de Assessoria: **Jocelino Francisco de Menezes**

Membros do Conselho Curador da FJM

Membro Nato: **Carlos Siqueira**

Membros do Partido

Luiza Erundina de Sousa

Serafim Corrêa

Dalvino Troccoli Franca

Kátia Born

Álvaro Cabral

Adilson Gomes da Silva

Eleitos para o Conselho Curador

Eliane Novais

Paulo Afonso Bracarense

Manoel Alexandre

Bruno da Mata

James Lewis

Silvânio Medeiros dos Santos

Francisco Cortez

Gabriel Gelpke

Joilson Cardoso

Suplentes do Conselho Curador

Jairon Alcir do Nascimento

Paulo Blanco Barroso

Felipe Rocha Martins

Henrique José Antão de Carvalho

Comissão Executiva Nacional – 2014/2017



Carlos Roberto Siqueira de Barros
Presidente

Governador Paulo Henrique Saraiva **Câmara**
Primeiro Vice-Presidente

Deputado Luiz Roberto de **Albuquerque**
Vice-Presidente de Relações Governamentais

Senador João Alberto Rodrigues **Capiberibe**
Vice-Presidente de Relações Interpartidárias

Senador Fernando Bezerra de Souza Coelho
Vice-Presidente de Relações Parlamentares

Governador Ricardo Vieira **Coutinho**
Vice-Presidente para Políticas Públicas

Governador Rodrigo Sobral **Rollemberg**
Vice-Presidente de Relações Institucionais

Governador João Soares **Lyra Neto**
Vice-Presidente de Relações Federativas

Prefeito Rubens José França **Bomtempo**
Vice-Presidente para Movimentos Sociais

Governador José Renato Casagrande
Secretário Geral

Prefeito Geraldo Júlio de Melo Filho
Primeiro Secretário Nacional

Senador Antônio Carlos Valadares
Segundo Secretário Nacional

Vice-Governador Márcio Luiz França Gomes
Secretário Nacional de Finanças

Severino Nunes de Araújo
Segundo Secretário Nacional de Finanças

Deputado Julio César Delgado
Secretaria Especial

Aluísio **Sérgio Novais** Eleutério
Secretaria Especial

Senadora Lídice da Mata e Souza
Secretaria Especial

Prefeito Luciano Ferreira de Souza (**Luciano Leitoa**)
Secretaria Especial

Governador Carlo Camilo Góes Capiberibe
Secretaria Especial

Governador Wilson Nunes Martins
Secretaria Especial

Milton Coelho da Silva Neto
Secretaria Especial

Mari Elisabeth Trindade Machado
Secretaria Especial

Vice-Prefeita Wilma Maria de Faria
Secretaria Especial

Kátia Born Ribeiro
Secretaria Especial

Cláudio Valverde Santos
Secretaria Especial

Deputado Cássio Coelho Andrade
Secretaria Especial

Sérgio Maurício Brito Gaudenzi
Secretaria Especial

Prefeito Jonas Donizetti Ferreira
Secretaria Especial

Deputado Serafim Fernandes Correa
Secretaria Especial

Prefeito Valdomiro Lopes da Silva Júnior
Secretaria Especial

Prefeito Márcio Araújo de Lacerda
Secretaria Especial

Prefeito Mauro Mendes Ferreira
Secretaria Especial

Maria de Jesus Matos
Secretária do Movimento Popular

Tony de Siqueira **Sechi**
Secretário da Juventude

Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha
Secretaria de Mulheres

Valneide Nascimento dos Santos
Secretária do Movimento Negro

Joilson Antonio Cardoso do Nascimento
Secretaria Sindical

Otávio de Oliveira Bezerra
Coordenação do Movimento LGBT

Deputado Fernando Bezerra de Souza **Coelho** Filho
Líder na Câmara Federal

Senador João Alberto Rodrigues Capiberibe
Líder no Senado Federal

Sumário

Apresentação do processo de Planejamento Estratégico do PSB	9
<i>Documento de referência nº1</i>	
O PSB e sua história - O Partido, sua trajetória política, seu progressivo crescimento eleitoral. Quem somos e o que queremos ser	13
Introdução	13
O Partido Semente (1947-1965)	14
O PSB no âmbito das disputas eleitorais do período	15
A refundação do PSB (1985/1989)	17
Miguel Arraes no PSB (1990 / 2005)	18
Impeachment de Collor e governo Itamar Fanco	19
Trajetória eleitoral e apoio ao governo Lula	20
Governo Dilma e construção da candidatura Eduardo Campos	21
O cenário pós eleições 2014: diretrizes para a atuação partidária	22
O desempenho eleitoral do PSB DE 1985 até nossos dias: lições de uma história de coerência	25
<i>Documento de referência nº2</i>	
O Estado Democrático, as políticas públicas e os desafios do PSB	27
Brasil contemporâneo: a dimensão dos êxitos	27
Redemocratização	27
Superação da inflação	27
Políticas de enfrentamento à pobreza extrema	30
A escala dos desafios	31
O que deveria ser o fazer político do PSB neste contexto?	36
Como fundar um novo fazer político?	36
Reforma do Estado brasileiro	37
Universalizar o acesso a bens públicos	37
A urgência da reforma urbana	37
Adotar o planejamento estratégico e construir políticas de Estado	39
Novo federalismo	39
Aprimorar a democracia	39
Agenda desenvolvimentista	40
Educação para o desenvolvimento	41
Saúde pública	47
Políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação	49
Infraestrutura para o desenvolvimento	49
Conciliar aumento do investimento público e disciplina fiscal	50
Melhorar o ambiente de negócios	50
O pensamento estratégico no âmbito da luta política	51
Apresentação: Material de apoio aos Coordenadores/as e Relatores/as	53
Bloco de notas	69



Apresentação do processo de Planejamento Estratégico do PSB

De forma coerente com sua história, que se fundamenta no primado democrático, tanto nas interações com a sociedade, quanto em suas práticas internas, o Partido Socialista Brasileiro retoma no ano de 2015 o processo de Planejamento Estratégico, que já havia sido iniciado em período anterior (2010-2014), sob a presidência do Governador Eduardo Campos.

Nessa etapa temos algumas novidades com relação ao processo de planejamento, que se relacionam **primeiramente** ao fato de termos aplicado junto a nossa militância uma pesquisa, por meio da qual se procurou conhecer a opinião de todos os participantes, quanto a temas relevantes para a vida partidária. A pesquisa olhou para dentro do partido, mapeando informações atinentes à percepção da dinâmica partidária, atuação de nossas bancadas, teses e grandes bandeiras a serem perseguidas, mas cuidou também de pautar nossas relações com outras agremiações partidárias e, em consequência, com o governo.

As devolutivas da pesquisa serão detalhadas a cada encontro realizado no âmbito do Planejamento Estratégico, mas importa destacar o processo de consulta, antes mesmo de tratar de resultados. Ao fazer uma escuta ampla da militância, o PSB se diferencia no espectro partidário e se prepara para novas formas de relacionamento com a sociedade civil, que espera ansiosa por um novo padrão de relacionamento com a política, com os políticos e, muito especialmente, com os partidos. Ao qualificar nossa atividade, conclamar todos à participação, se enobrece a atividade política e, em decorrência, ampliam-se as possibilidades de conferir maior densidade a nossa democracia, que precisa ir para além das urnas.

Apresenta-se, **como uma segunda novidade**, o fato de termos preparado com apoio da Fundação João Mangabeira **dois documentos**, cujos objetivos consistem em provocar os participantes do processo de Planejamento a pensarem criticamente a trajetória do PSB e o contexto social, econômico e político que enfrentamos. O **primeiro** documento intitula-se *O PSB e sua história - O Partido, sua trajetória política, seu progressivo crescimento eleitoral. Quem somos e o que queremos ser?* e o segundo *O Estado democrático, as políticas públicas e os desafios do PSB*.



Ainda que os documentos tenham temas distintos, o **primeiro** com foco em nossa trajetória enquanto ator político coletivo, perante os desafios que nos foram propostos pela história e, o **segundo**, destinado a fazer uma avaliação de cenário após o advento da Constituição Federal de 1988, em seu conjunto ambos propõem algumas reflexões: que dimensão o PSB pretende ter, como sujeito político, face à crise que nos ameaça? Que bandeiras e valores desejamos propor à sociedade brasileira, como alternativa ao que já está posto? Como partido posicionado à esquerda do espectro político, que políticas públicas devemos apoiar e com que instrumentos?

O processo de Planejamento Estratégico deve nos auxiliar a responder essas e outras indagações e, para tanto, se utilizará da abordagem tecnicamente conhecida, a partir dos verbetes em inglês, como análise SWOT. Os procedimentos, apesar do estrangeirismo, são simples e procuram identificar os binômios **pontos fortes - pontos fracos** (*Strengths - Weaknesses*) e **oportunidades - ameaças** (*Opportunities - Threats*). Serão combinados a essa abordagem, questões clássicas de planejamento, como as que seguem:

- Qual é a visão de futuro que o PSB deverá perseguir no período 2015-2018?
- Quais as principais ideias-força do ponto de vista político?
- Quais as principais ideias-força do ponto de vista eleitoral?
- Que frase(s) síntese utilizar para simbolizar a mensagem do Partido junto aos seus militantes e aos eleitores?

Esse processo será aplicado, com as adaptações necessárias, a cinco oficinas, tendo por públicos 1) membros da Executiva Nacional, bancadas federais e governadores; 2) presidentes dos diretórios estaduais; 3) intelectuais e especialistas filiados ou simpatizantes do PSB; 4) intelectuais e especialistas independentes e; 5) segmentos organizados do PSB.

A expectativa que a direção nacional tem para com o processo de Planejamento Estratégico é muito grande, não por conta do processo enquanto tal, mas pela oportunidade de discutirmos conjuntamente e de modo metodologicamente organizado nosso futuro, que pode ser decisivo para o Brasil.

Sob esse aspecto, não se pode minorar o fato de que estamos diante de uma crise de largo espectro, que implica dimensões econômicas, sociais, políticas e éticas. O País anseia, nesse contexto, por atores políticos que o conduzam não à mesmice do baixo crescimento, da pobreza e injustiça social, da subalternidade no âmbito externo



e das mazelas no âmbito ético. As recentes eleições presidenciais demonstraram que o PSB pode ser este ator, o que exige de nós máxima organização interna, para traduzir em termos eleitorais quem somos e a que viemos.

Não queremos e não podemos vencer por vencer! Nossa trajetória, democrática, fiel às demandas populares, orientada pelos valores da esquerda, superiores ao conservadorismo pela solidariedade social que preconiza, nos qualificam para vencer e transformar o Brasil. É com essa meta em mente que damos, por meio do Planejamento Estratégico, um primeiro passo rumo a um futuro que se afigura brilhante.

Carlos Siqueira
Presidente Nacional do Partido Socialista Brasileiro



Documento de referência nº1

O PSB e sua história - O Partido, sua trajetória política, seu progressivo crescimento eleitoral. Quem somos e o que queremos ser?

Introdução

O Partido Socialista Brasileiro vai dar início a mais um ciclo de planejamento estratégico, que ocorre em um cenário de grande delicadeza, com o Governo Federal submetido às pressões de uma crise econômica interna que parece se avizinhar, refém de uma conjuntura política em que preponderam fatos negativos para as forças governistas e com um histórico que não é brilhante, no que se refere à execução das políticas públicas, especialmente aquelas que interessam mais de perto às classes populares.

Em meio a este horizonte, o PSB se definiu por uma posição de “independência, mantendo diálogo permanente com a sociedade, com os Partidos alinhados em nosso campo popular de esquerda e diálogo maduro com os demais Partidos e, quando necessário com o Governo Federal”.

É preciso, no momento em que pensamos o futuro imediato e mediato do Partido, repassar rapidamente nossa história, cujos primórdios remonta ao pós-guerra, e que se afigurou sob a perspectiva de um compromisso inabalável com a democracia, que havia sofrido enorme violência ao longo dos governos fascistas, que perduraram até a vitória dos aliados, em 1945.

Como se poderá ver, ao longo de sua trajetória, o PSB sempre se viu frente a uma duplicidade de desafios, que se articulam nas estratégias de um partido que pretende a um só tempo tornar a democracia um valor universal e atingir, de forma democrática, o estágio socialista de organização social. Nesse sentido, em não poucas oportunidades, se apresentou ao Partido o dilema da sobrevivência eleitoral, condicionada a suas definições programáticas.

O PSB tem sabido sobrepujar essa condição desafiadora, cresceu e vem ganhando expressão nacional, sem que isso venha a lhe custar a identidade partidária e, particularmente, as bandeiras de luta, que o aproximam das demandas populares.

O processo de Planejamento Estratégico deve ter em conta essa especificidade de nosso Partido na ecologia política brasileira. Nunca nos interessamos pelo poder a qualquer preço, jamais entendemos o Partido como um fim em si mesmo, mas como instrumento na construção da justiça reclamada pelos de baixo; nunca renunciamos a construir uma democracia pujante, cujo protagonismo seja exercido pelo conjunto da população, que, desse modo, faz valer a soberania popular, que é a garantia mais efetiva contra as diferentes ordens de autoritarismo, mesmo que ele se revista de uma tradição de esquerda, usurpada por práticas que dela se afastam.



Que nossa história nos inspire, portanto, a construir um futuro de fidelidade ao povo, que esteja à altura de homens como João Mangabeira, Jamil Haddad, Miguel Arraes, Eduardo Campos, entre tantos outros, para os quais não houve outra urgência que não a de fazer justiça a uma gente a quem a história de uma nação riquíssima tem feito questão de virar as costas.

A política socialista é, antes e acima de tudo, uma política voltada para o futuro. Ela não é, como querem alguns, uma política tendente a conquistar a massa pela massa, a conquistar votos pelos votos. Não é uma política quantitativa, como a política [tradicional], mas, sobretudo, uma política qualitativa (...) ousamos afirmar, em contraposição, que a política socialista se estriba no princípio de que a qualidade se transformará em quantidade, ou seja, que é na medida que a política socialista segue sendo qualitativa que ela tem esperança de vir a ser quantitativa” FERREIRA, O. S. Política burguesa e política socialista. Folha Socialista, São Paulo, 1 jul. 1949. p. 2, 4.).

O Partido semente (1947-1965)

As origens do PSB remontam ao contexto de fim da 2ª Guerra Mundial, em que a derrota do fascismo em escala mundial trouxe repercussões internas, visto que o País havia vivido um longo período autoritário, consubstanciado pelo Estado Novo (1937-45).

Neste contexto emergem como grandes forças políticas a União Democrática Nacional (UDN), fundada em 07/04/1945, o Partido Social Democrático (PSD), fundado em 17/06/1945 e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), fundado em 15/05/1945. Apesar do fim do Estado Novo, as três agremiações partidárias estavam fortemente marcadas por suas relações com o período de poder de Getúlio Vargas, de tal forma que a UDN se organizaria em oposição aos preceitos do varguismo, ao passo que PTB e PSD reuniriam em seus quadros apoiadores do antigo Presidente.

A UDN tinha por natureza ser uma grande frente de oposição ao varguismo, que abrigou liberais, classes médias urbanas, forças oligárquicas e quadros de esquerda, estas últimas correspondendo a quadros que não se coadunavam com as linhas ideológicas e programáticas do Partido Comunista Brasileiro, fundado em 25/03/1922.

Por entre as forças que estavam próximas da UDN por sua oposição ao autoritarismo emerge a Esquerda Democrática, que se propunha a combinar as transformações sociais com ampla liberdade civil e política. Baseava-se num conceito amplo de esquerda: socialismo construído de forma gradual e legal, nacionalismo e defesa da democracia. Entre seus fundadores estavam: João Mangabeira, Domingos Vellasco, Hermes Lima, Rubem Braga, Osório Borba, Joel Silveira, José Lins do Rego, Jader de Carvalho, Sergio Buarque de Hollanda e Antônio Candido.

A **Esquerda Democrática** diferenciava-se dos udenistas, que defendiam o liberalismo econômico e do socialismo autoritário e estatista dos comunistas, afastando-se também das



inclinações e passado autoritário do varguismo. Ocupava, portanto, um campo político *sui generis* na política brasileira, que correspondia a uma pequena janela, que se abria em meio aos autoritarismos de direita e esquerda, já devidamente caracterizados à época, diferenciando-se ainda do campo liberal que, apesar do respeito à democracia, se perfilava geralmente em favor das demandas da ordem.

Em 1947, a Esquerda Democrática transformou-se no Partido Socialista Brasileiro (PSB), com o mesmo programa e propostas da primeira. Propunha-se a ser um partido de “todos que dependam do próprio trabalho”. Defendia reformas imediatas como a nacionalização de áreas economicamente estratégicas, a ampliação dos direitos dos trabalhadores, a garantia de saúde e educação públicas, além do desenvolvimento da democracia e dos meios de participação popular.

Em sua estrutura partidária já trazia uma novidade que caracterizaria o perfil democrático e conscientizador do PSB: os Núcleos de Base. Por meio deles, a militância poderia se envolver no projeto partidário, discutir as questões nacionais e desse modo formar a orientação e o alvo da ação partidária.

O PSB foi pioneiro na campanha do petróleo, com a atuação parlamentar de Hermes Lima e com a organização popular através da UNE, dirigida na época por socialistas: Roberto Gusmão (1947/48) e Rogê Ferreira (1949/50). Na questão agrária, desde 1948, fizeram propostas inovadoras como as cooperativas agrícolas que produziriam alimentação, trabalho e renda em terras abandonadas na periferia de São Paulo ou o Código da Terra, que incluía a distribuição, a questão ecológica, a política trabalhista e agrícola.

Ainda na questão agrária destacaram-se lideranças como Francisco Julião, deputado estadual e federal do PSB de Pernambuco, que foi fundamental na organização das Ligas Camponesas e João Pedro Teixeira, presidente da Liga de Sapé, na Paraíba, e que, assassinado pelo latifúndio, inspirou o filme: “Cabra Marcado para morrer”.

O Partido também teve atuação marcante na Frente Parlamentar Nacionalista, desde 1956, sob a liderança de seu deputado federal, Barbosa Lima Sobrinho.

O PSB no âmbito das disputas eleitorais do período

Em 1952, Osório Borba foi candidato do PSB ao Governo de Pernambuco, com apoio do PCB. Venceu em Recife e Olinda, mas foi derrotado pelo voto do interior, abrindo caminho, contudo, para a “Frente do Recife”, que levou Pelópidas da Silveira (PSB) à prefeitura.

A administração Pelópidas da Silveira foi brilhante, voltada para obras que beneficiaram principalmente as classes mais desfavorecidas. Foram criadas associações de bairro e audiências coletivas quinzenais, nas quais o prefeito discutia com o povo os problemas da cidade. Miguel Arraes



o sucedeu e em 1962, com apoio da Frente que incluía o PSB, tornou-se Governador. O combate ao analfabetismo e a defesa dos direitos dos trabalhadores rurais marcaram sua administração.

Em 1953, o PSB apoiou Jânio Quadros, vereador progressista, para a prefeitura de São Paulo. Os socialistas tiveram participação na Secretaria de Higiene, dando ênfase ao saneamento básico, na Secretaria de Alimentação, enfrentando os intermediários e na Empresa Municipal de Transportes. Com pequena margem de votos na Convenção, obteve o apoio do partido para a candidatura a governador. O grupo paulista crítico a Jânio retomou a direção do Partido em 1957 e em 1960 a Convenção Nacional do PSB rompeu com Jânio, apoiando Lott. A aproximação com Jânio trouxe crescimento eleitoral, mas perda de substância programática.

Em 1960, após a renúncia de Jânio Quadros, o PSB participou ativamente da campanha da legalidade contra a tentativa dos militares e setores conservadores de evitar a posse de João Goulart. O governo de Jango foi marcado pela busca das reformas de base. Os conservadores organizaram-se para manter os privilégios. Nesse cenário o PSB ampliou sua participação nas lutas sociais e no parlamento. No movimento estudantil a maior liderança do Partido era Altino Dantas, no movimento sindical urbano era o presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Paulo, Remo Forli, na luta pela reforma agrária, Francisco Julião.

João Mangabeira foi Ministro de Minas e Energia e depois Ministro da Justiça no período parlamentarista do governo Goulart. Aurélio Viana, Barbosa Lima Sobrinho, Domingos Vellasco, José Joffily, Jamil Haddad, Adalgisa Nery e muitos outros foram lideranças parlamentares nacionalmente respeitadas. Em 31 de março de 1964, deu-se o golpe militar que derrubou Goulart. Em 1965, o Ato Institucional nº2 extinguiu os partidos políticos.

A maioria dos militantes do PSB foi para o MDB, no qual Aurélio Viana tornou-se uma das lideranças. Alguns foram para atuações mais radicais, como Altino Dantas, que foi para a ALN. O PSB se dispersou durante o regime militar. Quando houve a abertura política alguns como Pelópidas da Silveira ficaram no PMDB, outros como Jamil Haddad, Saturnino Braga e Rogê Ferreira foram para o PDT e outros como Antônio Candido, Sérgio Buarque de Holanda e Fúlvio Abramo ajudaram a fundar o PT.

Apesar de ter pequena expressão eleitoral, ser mais um partido de quadros do que de massas, o PSB lançou as sementes não apenas de uma ampla democracia partidária como de uma atuação política fiel a seu programa, voltada para o socialismo e a liberdade. Seu presidente João Mangabeira, desde a Esquerda Democrática até sua morte em 1964, é considerado uma das figuras mais respeitadas na vida política brasileira, por sua honestidade, inteligência, princípios firmes de defesa do socialismo democrático.



A refundação do PSB (1985/1989)

Conquistada a democracia em 1985, articula-se no Rio de Janeiro, um grupo de professores e estudantes universitários para organizar um partido socialista. Para obter a habilitação do PSB foram procurados remanescentes da antiga Esquerda Democrática como Joel Silveira, Rubem Braga, Jader de Carvalho e Evandro Lins e Silva, que concordaram em assinar o manifesto de reorganização. O escritório de Evandro, na avenida Rio Branco, tornou-se a sede das reuniões semanais. Dessa forma, no dia 2 de julho ocorre a reunião de “refundação” do PSB.

O manifesto apresenta o mesmo programa e estatuto do período 1947/65, com os mesmos propósitos socialistas e democráticos, dentre os quais emergem a necessidade de trabalhar também contra a discriminação racial, opressão às minorias, às mulheres e crianças, violências contra culturas alternativas, degradação da qualidade de vida, depredação do meio ambiente, e genocídio de nações indígenas.

Do ponto de vista programático postula-se uma cidadania ativa, a incorporação de novos direitos sociais, democratização dos meios de comunicação e defesa da soberania nacional e a descentralização do poder. A Comissão Diretora Nacional terá Antônio Houaiss como presidente e como membros: Marcello Cerqueira, Roberto Amaral, Evandro Lins e Silva, Jamil Haddad, Joel Silveira, Rubem Braga e Evaristo de Moraes Filho. Entre os que assinam a Ata de Reorganização vamos encontrar também professores e pesquisadores hoje respeitados, como César Guimarães, Wanderlei Guilherme dos Santos e Eli Diniz. Está também o estudante Cláudio Besserman Vianna, que vai se tornar o admirado humorista Bussunda (*1962 /+2006).

Habilitado o PSB participa com alguns candidatos próprios às eleições municipais nas capitais e apoia candidatos progressistas e de esquerda. Como Saturnino Braga (PDT) venceu as eleições para prefeito do Rio de Janeiro, sua cadeira no senado será ocupada pelo suplente, Jamil Haddad, em março de 1987. Em maio, a Convenção dos fundadores elege como Presidente da Comissão Diretora Nacional, Jamil Haddad e como Secretário Geral, Roberto Amaral.

O gabinete do senador vai se combinar com o gabinete da liderança do PSB, oferecendo condições para a organização das comissões municipais e estaduais e para as publicações que discutem as ideias do partido. Da tribuna, Jamil expõe suas concepções e projetos e apresenta o PSB ao país.

Em 1987 o partido tem seu registro provisório e solicita registro definitivo. No Primeiro Congresso Nacional, em Outubro de 1987, o PSB passa a ter identidade. É oposição ao governo Sarney e tem 10 metas imediatas, em que se destacam a reforma agrária, o ensino público e gratuito em todos os níveis, o direito irrestrito de greve, liberdade sindical e jornada máxima de 40 horas semanais.



Em julho de 1988 é aprovado pelo TSE o registro definitivo. A organização partidária traz crescimento e atrai parlamentares que concordam com as ideias definidas pelo Partido. Há um grande trabalho na Constituinte. Inicialmente, o PSB contava apenas com o Senador Jamil Haddad (RJ) e a deputada Beth Azize (AM). Aliam-se aos setores progressistas e de esquerda. Aos poucos Abigail Feitosa (BA), José Carlos Sabóia (MA), Raquel Capiberibe (AP), Ademir Andrade (PA), José Luis Guedes (MG), entram para o PSB e formam uma bancada pequena, mas de grande qualidade. Só Jamil apresentou 123 sugestões na primeira fase, todas ligadas aos princípios partidários e necessidades da população como: reforma agrária, possibilidade de ação popular, punição exemplar à tortura. Das 536 emendas que apresentou posteriormente, 114 foram aprovadas. A Constituição Cidadã, aprovada em outubro de 1988, coroa o esforço inicial do PSB refundado.

Na campanha eleitoral de 1989 o PSB tem participação decisiva. Dois anos antes da formação da Frente Brasil Popular, o PSB já fizera a proposta. Depois de muitas negociações, são escolhidos: Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República e José Paulo Bisol, senador pelo Rio Grande do Sul, que se transferiu para o PSB, para vice Presidente. Participou também o PC do B. A campanha desperta grande entusiasmo e as pesquisas apontam crescimento constante. Collor vence o primeiro turno e Lula fica em segundo lugar. O PSB participa das articulações que ampliam a frente para o segundo turno com o PDT, PSDB, PV, progressistas do PMDB e lideranças do movimento social. O governador de Pernambuco, Miguel Arraes, apoia Lula no 2º turno.

Miguel Arraes no PSB (1990 / 2005)

Em março de 1990, o governador Miguel Arraes, convidado pela direção nacional, ingressa no PSB. O partido que recomeçara com lideranças de classe média, que após grandes esforços estava organizado em todo o país e com registro definitivo, contava agora com uma das mais importantes lideranças populares do País.

Com sua experiência, capacidade de mobilização e de análise política, vai fazer com que o Partido tenha um grande crescimento eleitoral, superando até a cláusula de barreira mais à frente. O momento político era de ápice do neoliberalismo, confundindo até pessoas de esquerda. Com serenidade e firmeza, Arraes chamava a atenção para o fato de que, o neoliberalismo é o liberalismo tradicional com nova roupagem, trazendo mais miséria, mais fome, mais exploração. O centro de suas lutas está na nação, nas desigualdades sociais e regionais.

Entre 1990 e 1992, o governo Collor vai encontrar no PSB uma oposição consequente. O Partido será reconhecido como guardião da Constituição. Entra com diversas ações de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal – STF, contra dispositivos de Leis ou Medidas Provisórias que autorizavam medidas impopulares: confiscos do Plano Collor, taxa para conservação de rodovias (obteve deferimento), decreto dando ao Presidente direito para privatizar estatais sem passar pelo Congresso. Os deputados socialistas reagem contra a destruição da máquina pública. Miguel Arraes lê da Tribuna da Câmara o Manifesto da Frente Parlamentar Nacionalista, que condena a desestatização desenfreada que inclui até a Usiminas.



As administrações municipais socialistas começam a mostrar uma forma de governar com intensa participação dos setores mais oprimidos da população, com políticas centradas na educação, saúde, geração de emprego e renda. Os programas partidários na TV e rádio apresentam estas experiências e recebem elogios e o Partido novas filiações.

Impeachment de Collor e governo Itamar Franco

A denúncia de corrupção feita pelo irmão de Collor, em maio de 1992, vai levar o PSB, através das falas de Miguel Arraes e do líder na Câmara, Célio de Castro, a solicitar uma CPI. O senador José Paulo Bisol e o agora deputado federal pelo Rio de Janeiro, Jamil Haddad viriam a participar da CPI. Ao lado da investigação no Congresso a população se mobiliza no Fora Collor à partir de agosto. O relatório, com provas cabais de desvios dos recursos públicos, é aprovado. Evandro de Lins e Silva, fundador e refundador do PSB participa da comissão de juristas que elabora o pedido de impeachment. Barbosa Lima Sobrinho, presidente da ABI e ex-deputado federal do PSB, faz a entrega do pedido ao presidente da Câmara. Decidida pelo Congresso a continuidade da investigação, Collor é afastado e assume o vice, Itamar Franco.

A Comissão Nacional Executiva (CNE) do PSB avalia ser Itamar Franco pessoa com boa avaliação ética e defensor, quando senador, dos interesses nacionais. Jamil Haddad assume o Ministério da Saúde e Antônio Houaiss, o Ministério da Cultura. Como primeiro vice presidente, Miguel Arraes assume a presidência do PSB. Ao assumir, em novembro de 1992, Jamil diz: “ A administração socialista (...) instalará neste ministério a religião do interesse coletivo. E a probidade é seu primeiro mandamento”.

A atuação de Jamil Haddad como Ministro da Saúde foi importantíssima para o País. A descentralização, prevista pela Constituição e consolidada com a Lei Orgânica de Saúde de 1990, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), começa a ser realizada com a criação dos Conselhos Municipais de Saúde, instrumento de definição das políticas e sua fiscalização. São disponibilizados recursos aos laboratórios oficiais, para a produção de medicamentos. Recuperam-se os hospitais universitários em convênio com o MEC.

O Presidente assina o Decreto 793/92 proposto por Jamil, referente aos remédios genéricos, cuja Vicência e, portanto, benefícios para a população são imediatos. Posteriormente, já no Governo Fernando Henrique, o Decreto 793/92 converte-se em Lei, para o que contribuiu de forma decisiva a adequação da iniciativa original de Jamil Haddad. A rede pública hospitalar sucateada começou a ser recuperada. Para a política de prevenção à saúde foi fortalecida a vigilância sanitária, programas de vacinação e saneamento básico.

No Ministério da Cultura, Antônio Houaiss vai ter como prioridades: reverter a indigência e sufocação das atividades de recuperação do patrimônio histórico e artístico e o apoio às atividades artísticas, particularmente o cinema.



Em setembro de 2003, em Maceió, vai se realizar o IV Congresso Nacional do PSB. Depois de proposto pela CNE e discutido em reuniões preparatórias é aprovado “Um Projeto Para o Brasil” que passa a ser o eixo da atuação partidária. A luta política deve ser intensificada para a população elevar sua consciência e sua força. O Estado deve ser forte e não inchado, regulador, planejador e investindo nas áreas estratégicas. Reconhecendo duas grandes lideranças, o Congresso elege Jamil Haddad, Presidente de Honra e Miguel Arraes, Presidente do PSB.

Trajetória eleitoral e apoio ao governo Lula

Em 1994, o PSB vai apoiar novamente a candidatura de Lula a presidente. Mas o Plano Real, adotado em março pelo governo Itamar, tendo Fernando Henrique como Ministro da Fazenda, tem ótimos resultados e leva-o à presidência.

O ano de 1996 foi de eleições municipais e o PSB teve um crescimento enorme. De 59 prefeitos eleitos em 1992, passou para 150. Nas capitais elege o prefeito de Belo Horizonte e as prefeitas de Maceió e Natal. Em 1997 a Fundação João Mangabeira promove seminário sobre as administrações municipais socialistas. Além de haver a troca de experiências para melhor governar, os socialistas passam a ter um perfil comum de administração.

Nas eleições presidenciais, o PSB integra novamente a aliança de Esquerda de apoio a Lula. Logo após o segundo turno Arraes apresenta um texto de grande profundidade: As eleições de 1998 e o golpe de 1964 mostrando que os objetivos do grande capital internacional e nacional impostos em 1964 cada vez mais se realizam. A única forma de enfrentar o desafio é desenvolver amplo movimento popular.

Em 1999, além de realizar diversos seminários, debates e publicações o PSB realiza seu VII Congresso Nacional em Novembro, em Brasília. Antônio Houaiss, primeiro presidente do PSB refundado, falecido há pouco, será homenageado.

Em 2001 o PSB decide ter candidato próprio à presidência. A ideia é oferecer ao eleitorado outra opção além de Lula para buscar a mudança. No 2º turno as esquerdas apoiariam o mais votado dentre seus candidatos. Em 2002 esta decisão será levada à prática e Anthony Garotinho, governador do Rio de Janeiro, que saiu do PDT e se filiou ao PSB, será candidato a Presidente da República e o Deputado federal do PSB do Maranhão, José Antônio Almeida, será candidato a vice. A candidatura obteve mais de 17 milhões de votos, mas ficou em terceiro lugar. No segundo turno o PSB apoiou Lula. Os resultados para a Câmara Federal, com 22 eleitos foram decisivos para vencer a cláusula de barreira.

Em 2003 o PSB tem novas responsabilidades. Roberto Amaral assume o Ministério de Ciência e Tecnologia. Será sucedido em 2004 pelo deputado federal por Pernambuco, Eduardo Campos. Em 2006, Sérgio Resende, também do PSB, assume o cargo.



A atuação do partido no Congresso foi de apoio ao governo Lula, sem que com isso o Partido abra mão de suas previsões programáticas. Na reforma da previdência, por exemplo, a bancada não aceitou o pacote enviado pelo governo. Defendeu previdência complementar pública e não privada. Na reforma tributária apresentou emendas: taxação da especulação financeira com a taxa Tobin, desoneração na área produtiva e nas folhas de pagamento.

Em 2004 o PSB cresce nas eleições municipais. Dos 133 prefeitos eleitos em 2000, passa agora para 176, sendo o nono partido mais votado no pleito. Em 13 de agosto de 2005 morre Miguel Arraes, de tal modo que Eduardo Campos é eleito presidente do PSB para o triênio: 2005-2008.

Nas eleições de 2006, o PSB apoiou a recandidatura vitoriosa de Lula à presidência. Elegeu três governadores: Eduardo Campos (PE), Wilma de Faria (reeleita-RN) e Cid Gomes (CE). Em 2007, a bancada do PSB no Senado é composta de: Antônio Carlos Valadares (SE), Patrícia Saboya Gomes (CE) e Renato Casagrande (ES). Na Câmara dos Deputados, com 29 parlamentares, o PSB formou a bancada de esquerda de apoio ao governo federal, composta de 78 deputados.

Governo Dilma e construção da candidatura Eduardo Campos

O PSB, mesmo compondo a base de apoio dos Governos Lula e da Presidente Dilma Rousseff, identificou ao longo do período dos governos do PT insuficiências que entendia necessário superar. Muito particularmente, no primeiro mandato da Presidente Dilma houve uma piora expressiva nas políticas públicas, em parte como consequência de uma crise capitalista de grandes proporções, mas também por uma questão de esgotamento do quadro de alianças que amparava o governo e, consequentemente, definia prioridades para sua atuação.

O PSB procurou, em um primeiro momento, indicar essas insuficiências e militar por sua superação, no interior das forças governistas. Essa estratégia não logrou êxito e, por consequência, impunha-se a necessidade de se desenvolver uma alternativa de poder, que estivesse mais afinada com as demandas populares. Essa condição animou a proposição da candidatura Eduardo Campos, à qual veio se aliar a Senadora Marina Silva no dia 05 de outubro de 2013, em face de não ter sido possível organizar até então a Rede Sustentabilidade, partido pelo qual pretendia desenvolver suas atividades políticas.

A trágica morte do Governador Eduardo Campos e a necessidade do rápido rearranjo da candidatura do PSB, que veio a ser liderada pela Senadora Marina Silva e pelo Deputado Federal Beto Albuquerque, não possibilitaram que o PSB chegasse ao 2º turno das eleições presidenciais. Neste contexto, uma vez mais, o Partido deu mostra da vitalidade de seus princípios doutrinários e, no contexto do apoio à candidatura de oposição, entendeu necessário atentar para as particularidades a nível estadual, a que se destinou resolução partidária, que abriu exceções à posição majoritária de apoio à candidatura oposicionista do Senador Aécio Neves.



O cenário pós eleições 2014: diretrizes para a atuação partidária

Com o cenário eleitoral consolidado, impôs-se ao PSB a necessidade de extrair as consequências propriamente políticas, no âmbito da relação do PSB com o Governo que se elegeu para o período 2015-18. Tal responsabilidade tem larga envergadura, porque uma vez mais o Partido demonstrou ser uma força política significativa, tendo eleito 3 Governadores, 3 Senadores (perfazendo uma bancada de seis) e 35 Deputados Federais.

O posicionamento do PSB com relação ao governo tem fundamento programático, com destaque para a bandeira do **desenvolvimento**, que deve ser entendido como o conjunto de todas as condições de vida social que favoreçam o desenvolvimento integral da personalidade humana, estando, pois, vinculado à qualidade de vida; preservação dos valores históricos; promoção e valorização da cultura e suas múltiplas manifestações; utilização racional dos recursos naturais; respeito aos direitos individuais e coletivos; manutenção e fortalecimento da democracia; observado o conceito “sustentabilidade”.

O desenvolvimento é sustentável, a sua vez, quando satisfaz as necessidades da presente geração, sem comprometer a capacidade das futuras gerações em satisfazer suas próprias necessidades, sendo, ainda, tecnicamente apropriado, economicamente viável e socialmente aceitável. Os indicadores sociais do Brasil evidenciam, contudo, que o país não converte necessariamente crescimento econômico em desenvolvimento com sustentabilidade, fato que tem nos conduzido a um cenário renitente de exclusão social.

Considerados, portanto, os preceitos que têm orientado a história partidária e a militância ferrenha em prol de um projeto de desenvolvimento sustentável e soberano, o Partido elegeu como parâmetros programáticos, para fazer face aos desafios estratégicos que se apresentam ao País, os seguintes elementos:

- 1. Novo Federalismo:** Para que o desenvolvimento alcance de fato o conjunto do País, é preciso superar a concentração de recursos e de poder na União, o que exige a repactuação de responsabilidades e a redistribuição de receitas, de forma a garantir o protagonismo de Estados e municípios na implantação de políticas públicas;
- 2. Reforma Política, Eleitoral e Partidária:** Impõe-se a realização de uma reforma política que aperfeiçoe a democracia representativa e limite a edição de medidas provisórias aos casos de urgência e relevância previstos na Constituição, para que os parlamentares exerçam sua função essencial, que é a de legislar. Também é necessário aprovar o fim das coligações proporcionais e o estabelecimento de cláusula de desempenho. Nossa proposta inclui, ainda, a implantação do financiamento público de campanhas, a unificação do calendário eleitoral e o fim da reeleição com mandato de cinco anos. Para isso, é indispensável estabelecer regras legais que visem a democratização dos partidos políticos, para que seus filiados possam participar de modo efetivo das decisões partidárias. E, para democratizar o poder e permitir o

protagonismo político dos cidadãos, é preciso ampliar o espectro da democracia representativa, colocando em prática mecanismos previstos na Constituição, como plebiscitos, referendos e projetos de lei de iniciativa popular;

3. Política Econômica: A gestão econômica não pode ser um fim em si mesmo e deve ser orientada por uma concepção de desenvolvimento que promova a erradicação da pobreza e da exclusão social, em suas diferentes dimensões. Sem uma estabilidade econômica e financeira – com políticas monetária e cambial claras, controle da inflação e racionalidade nos gastos públicos –, não é possível reunir recursos suficientes para a implantação de políticas sociais que emancipem efetivamente os cidadãos e as cidadãs. Além disso, embora o crescimento econômico seja fator decisivo para o desenvolvimento, só é sustentável quando de alicerça em sólida política econômica;

4. Políticas Sociais: A execução de políticas sociais inclui um aumento substantivo na qualidade do ensino, a massificação do ensino profissional e da qualificação da mão de obra, o financiamento adequado e o aperfeiçoamento do sistema nacional de saúde pública e o fim do fator previdenciário, além da manutenção de programas de assistência como o bolsa família e a erradicação da pobreza, além disso, é importante assegurar as conquistas trabalhistas dos trabalhadores e aposentados;

5. Saúde + 10: O Brasil ainda não superou a miséria endêmica e já enfrenta desafios contemporâneos no campo da saúde, como a maior expectativa de vida, a existência de mais obesos na sociedade, os acidentes de trânsito e a poluição das cidades. Tudo isso requer esforços maiores e maior comprometimento de recursos com a saúde pública, por parte do governo federal. O SAÚDE + 10, projeto de iniciativa popular que tramita no Parlamento, é uma proposta relevante para o financiamento da política de saúde no Brasil e deve contar com o apoio dos nossos parlamentares;

6. Segurança Pública: A sensação de insegurança está correlacionada com vários fatores, entre eles as desigualdades sociais e a diminuição da solidariedade. Para enfrentar essa situação, é preciso que a sociedade organizada, a magistratura, o ministério público e a população se engajem num projeto de escala social, que leve à construção de uma sociedade de paz. Cabe ao PSB militar para que essa compreensão seja disseminada. E isso significa defender, em âmbito nacional, as experiências bem sucedidas do programa Pacto pela Vida, implantado pelo governador Eduardo Campos em Pernambuco, e do programa Estado Presente, desenvolvido pelo governador Renato Casagrande no Espírito Santo. Além disso, é indispensável que o governo federal assuma papel de maior responsabilidade na formulação e financiamento das políticas de segurança pública;

7. Educação: Aumentar as oportunidades educacionais, a escolarização e a qualidade do ensino, é decisão que tem, por si, forte impacto sobre a distribuição de renda e a produtividade econômica. Ou seja, sobre o desenvolvimento. Além disso, promove a cidadania, a participação, autonomia e emancipação. Por isso, para o PSB defendemos a AMPLIAÇÃO da EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL, A AMPLIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO dos INSTITUTOS FEDERAIS (IFs), das UNIVERSIDADES FEDERAIS, a garantia do acesso e permanência dos estudantes e a valorização dos professores;



8. Por um novo urbanismo: Mesmo com uma taxa de urbanização de 85%, o Brasil ainda não tem políticas integradas para suas cidades. De modo geral, há baixa intersectorialidade e transversalidade, pouco planejamento e muita improvisação. Para mudar esse quadro, é necessária uma ampla e profunda reforma urbana, que priorize os temas e as soluções mais reivindicadas pela cidadania, como mobilidade, transporte público, moradia, assistência à saúde, segurança, esporte, cultura e lazer, entre outros;

9. Pacto Anticorrupção: Sem prejuízo da apuração rigorosa do escândalo na Petrobrás, propomos a realização de pacto anticorrupção, com a participação de entidades da sociedade civil organizada, Ministério Público, Magistratura, Tribunais de Contas, órgãos de controle, governos e empresas, visando coibir a corrupção e tornar transparente a relação dos negócios públicos com a iniciativa privada;

10. Direitos Humanos e Políticas Afirmativas: Os diversos segmentos brasileiros têm sofrido grandes violações de seus direitos. O Brasil é hoje o País onde mais se mata jovens, negros, LGBT e mulheres, oriundos das classes sociais mais pobres. A próxima legislatura federal terá importantes pautas de direitos humanos para debater. Portanto o PSB garante apoio, respeito e prioridade às questões que reafirmam tanto os direitos fundamentais como os direitos humanos em sua plenitude, indistintamente de cor, credo religioso, raça, sexo, orientação sexual e identidade de gênero.

Esta é a agenda mínima que deve servir como referência de atuação do Partido no exercício do Poder Executivo nas esferas locais e estaduais, bem como no Poder Legislativo no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais. Ela vale também para os filiados ao PSB, principalmente para quem milita nos movimentos sociais e populares. Levando em conta as condições em que se desenrolou o último pleito eleitoral, cabe ao PSB definir suas posições na nova conjuntura política pós-eleição presidencial, com base em suas convicções programáticas e na indispensável manutenção de sua unidade política.

Em face dessas convicções e das circunstâncias políticas, econômicas e sociais do País, o Partido resolveu assumir em relação ao governo da presidente Dilma Rousseff posição de **independência**, mantendo **diálogo** permanente com a sociedade, com os Partidos alinhados em nosso campo popular de esquerda e diálogo maduro com os demais Partidos e, quando necessário com o Governo Federal.

Nessa posição, está disposto a apoiar medidas que eventualmente se aproximem do seu programa, em especial dos temas relacionados indicados acima, e também aquelas que julgar de real interesse do Brasil. Assim, o Partido poderá manter a unidade, a independência, a identidade política e o ideário, aproximando-se ou afastando-se das forças políticas nacionais, à medida que estas se aproximem ou se distanciem da nossa visão de desenvolvimento do País.

O desempenho eleitoral do PSB de 1985 até nossos dias: lições de uma história de coerência

Os quadros abaixo representa uma síntese do desempenho eleitoral que o PSB obteve desde a primeira eleição que disputou, logo após sua reorganização em 1985, até a mais recente realizada no corrente ano.

Eleições	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010	2014
Governador	-	-	2	2	4	3	6	3
Senador	-	-	-	-	3	1	4	3
Deputado Federal	-	11	15	18	22	27	35	34
Deputado Estadual						60	73	63

Fonte: Arquivos Diretório Nacional do PSB

Eleições	1985	1988	1992	1996	2000	2004	2008	2012
Prefeito	1	37	48	153	135	175	310	444
Vereadores				858	1326	1836	2963	3556

Fonte: Arquivos Diretório Nacional do PSB



Documento de referência nº2

O Estado democrático, as políticas públicas e os desafios do PSB

Brasil contemporâneo: a dimensão dos êxitos

Redemocratização

Nas últimas décadas o povo brasileiro se demonstrou capaz de empreender grandes conquistas. Reestabeleceu a democracia, se mobilizou pelas eleições diretas e pela Assembleia Nacional Constituinte; constituiu uma ampla frente democrática, em que se reuniram representantes de diferentes setores e ideologias. Criamos uma democracia que foi institucionalizada por meio da Constituição Cidadã, repleta de expectativas de emancipação do desejo de construção de uma sociedade mais fraterna e solidária.

As diferentes espécies de autoritarismo que povoaram nossa história, desde o plano local até o nacional, já se transformaram em passado remoto para as novas gerações, que agora veem no regime democrático algo natural. O grande desafio que se apresentou àqueles que se opuseram ao autoritarismo franco foi, então, modificado em sua qualidade e passou a ser o de melhorar a democracia, preparando-a para dar respostas no âmbito a uma sociedade mais complexa, menos miserável e forjada por décadas de normalidade institucional.

O aprimoramento da vida democrática entre nós requer, contudo, superar as limitações que ainda se fazem presentes na vida cidadã, em que há claros constrangimentos à participação popular, instrumentalização de movimentos sociais por partidos políticos e predomínio do poder econômico nas disputas eleitorais, às quais se mesclam arranjos e acertos, os “negócios”, que terminam na subordinação dos interesses do Estado às conveniências dos que sempre se valem de recursos públicos para se fazerem ainda mais ricos.

Superação da inflação

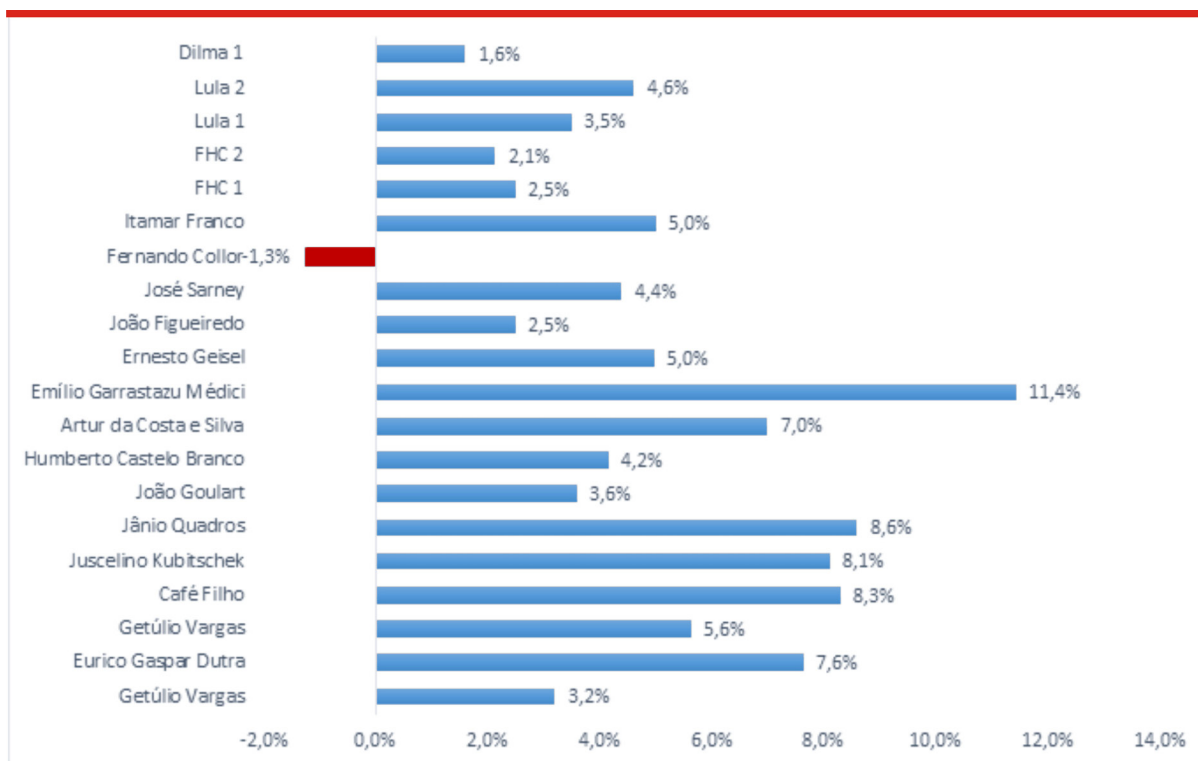
Realizada a redemocratização impôs-se a meta de derrotar a inflação, que além do descalabro monetário em si mesmo, colocava na ordem do dia os conflitos distributivos que a ditadura militar criou, mas que não soube equacionar, pega que foi nas contradições inerentes a suas políticas, em que despontava uma enorme fragilidade de financiamento do crescimento, baseado fundamentalmente no endividamento externo – o qual cobrou seu preço em termos de crescimento, quando a crise do petróleo de 1974 reduziu drasticamente a liquidez nos mercados internacionais de crédito. Derrotar a inflação representou também suplantar uma política de penalização das classes trabalhadoras, implementada por meio do arroxo salarial e do desemprego.

A trajetória que levou à superação da vaga hiperinflacionária foi longa e errática, até que se chegasse por fim i) ao Plano Real e, na sequência, ii) ao tripé constituído pelo regime de metas de inflação, equilíbrio fiscal e câmbio flutuante. Esses dois elementos, combinados, possibilitaram que a memória da hiperinflação ficasse distante, a tal ponto que praticamente nos esquecemos da indexação, do gatilho salarial, do overnight etc. A aceitação do tripé da política macroeconômica foi uma conquista da sociedade brasileira, que colocou a questão dos conflitos redistributivos e da distribuição de renda em um patamar novo, ainda que sem um equacionamento adequado.

O equacionamento da crise inflacionária não se fez, contudo, sem que se pagasse um preço elevado em termos de crescimento econômico. A rigor, os governos democráticos entregaram à sociedade taxas baixas, e o governo Lula, em que houve melhor desempenho, se beneficiou de uma conjuntura externa de certo modo excepcional, com a vantagem de ter herdado arranjos institucionais fundamentais a um mínimo de estabilidade macroeconômica (com destaque para o próprio Plano Real).

O cenário no Governo Dilma se agrava de modo substantivo e, provavelmente, a Presidente legará ao País seu período de menor crescimento desde ao menos meados do século passado. Tal fato repercute a completa ausência de um projeto estratégico de desenvolvimento, visto que aparentemente o Governo preferiu dar continuidade ao pouco que fez até aqui, em lugar de ousar nas escalas em que tem o Brasil.

Gráfico 1: Variação média anual no mandato de cada presidente



Impõe-se observar, pensando em termos dos governos em que se superou o descalabro inflacionário, que os governos Fernando Henrique e Lula, com taxas de crescimento mais favoráveis ao segundo, se caracterizaram por baixo dinamismo, se comparados à história pregressa do Brasil. Para que se possa dimensionar a perda de oportunidade em que incorreu o País, basta verificar nosso desempenho em termos de crescimento do produto com a China, que desde há muito tempo tem um claro projeto de desenvolvimento nacional autônomo.

Gráfico 2: Evolução do Produto Interno Bruto nos BRICs

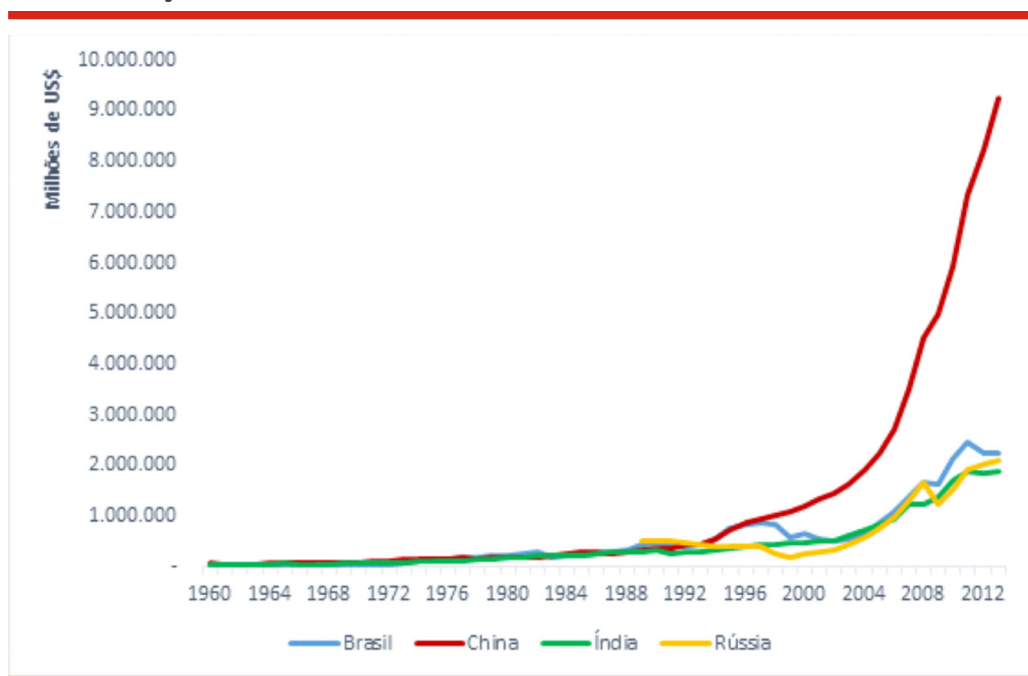
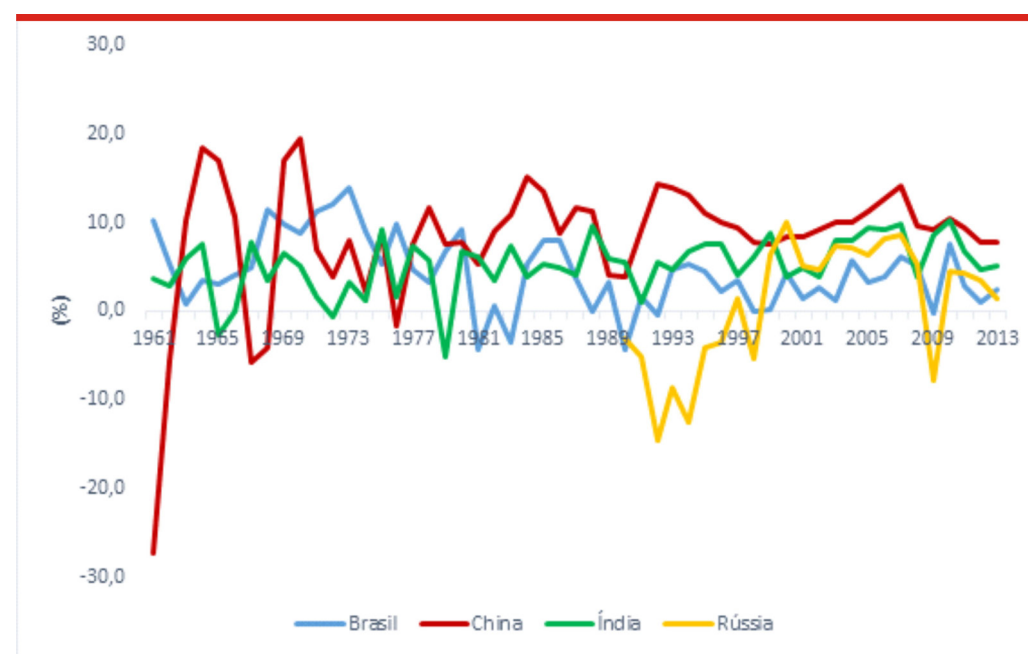


Gráfico 3: Taxa de crescimento do PIB nos BRICs



Ainda no tema econômico é fundamental considerar que muito pouco se tem feito na área de infraestrutura para o desenvolvimento. Persiste no Brasil uma enorme desinteligência quanto aos modais para transporte de cargas e passageiros; nossos portos e aeroportos continuam em condição precária e com produtividades significativamente inferiores aos padrões internacionais.

As telecomunicações, fundamentais à produtividade geral da economia, constituem-se em um gargalo, provendo-se a cidadãos e empresas serviços caros, de baixa qualidade e confiabilidade.

Políticas de enfrentamento à pobreza extrema

Uma terceira vertente de mudanças contemporâneas diz respeito à inclusão social de milhões de brasileiros, que viviam e viveram sem acesso a quaisquer dos benefícios do desenvolvimento. Não se trata aqui apenas de economia, mas da emergência de uma importante mudança na cultura política brasileira: pensar a questão da exclusão não pelo prisma de ações caritativas – estatais ou privadas –, mas pela ótica do **direito** de cidadania e, no limite, dos direitos humanos.

Ainda que muitos façam uma leitura limitante e setorializada dos avanços que logramos alcançar no período democrático, a criação do Sistema Unificado de Saúde – SUS e a reorganização da seguridade social, que compreende a Previdência Social, a Saúde Pública e a Assistência têm um papel de amplo significado social, econômico e político. Para tanto basta lembrar que atenção e a saúde e a assistência social não estão baseados em critério exclusivamente contributivo, de tal forma que prevalece a perspectiva do direito, em lugar do acolhimento destinados apenas àqueles que participam do mercado formal de trabalho e, nessa condição, recolhem contribuições previdenciárias.

Os avanços alcançados não deram conta, no entanto, de produzir uma equação que atenda às necessidades dos segmentos populares. De um modo geral a universalização dos serviços públicos tem levado a sua precarização, de tal forma que o direito que se afirma por meio da obrigação de anteder se vê derogado pela **fila de espera**, produzida especialmente na atenção à saúde, mas também na distribuição da justiça, em etapas educacionais como a pré-escola e o ensino médio. Mesmo o Bolsa Família, que tem sido a vitrine dos governos petistas, é ao mesmo tempo importante e severamente limitado, dado sua incapacidade de promover inclusão social efetiva para seus beneficiários, meta que exigiria muito mais do que o 1% do PIB que alcança, quando computado ao Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Ainda que uma parcela significativa dos debates sobre a superação da pobreza se concentrem na questão do Bolsa Família, é preciso lembrar que há outras iniciativas de grande escala que interferem de forma objetiva nessa questão. Vale lembrar, sob este aspecto, especialmente da previdência social rural, que engloba a da aposentadoria rural que, além de ser política de Estado e não de governo, tem natureza claramente redistributiva, não se vê apropriada como patrimônio político de qualquer partido, atendendo com valor relevante do ponto de vista econômico (1 salário mínimo) a um segmento cujas condições de trabalho são sabidamente difíceis.

Quadro 1: Aposentadoria rural x Bolsa Família (quantidade de beneficiários e valor médio do benefício)

Ano	Quantidade de beneficiários		Valor médio do benefício	
	Aposentadoria Rural*	Bolsa Família	Aposentadoria Rural*	Bolsa Família
2011	6.105.570	13.361.503	547	120.20
2012	6.279.789	13.902.155	624	N/D
2013	6.460.330	14.086.199	680	156.09

*Benefícios ativos: correspondem aos que efetivamente geram pagamentos mensais ao beneficiário e, em conjunto com os suspensos, compõem o estoque de benefícios do sistema previdenciário.

**Unidade em famílias.

Em 2013, 99,5% dos benefícios concedidos à clientela rural apresentavam valor de até um piso previdenciário (R\$ 788).

Fonte: Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome e Ministério da Previdência Social.

Se a superação da pobreza fosse pensada de um ponto de vista mais amplo, ou seja, sob o prisma da geração de renda e do protagonismo popular, a universalização de algumas etapas educacionais, com destaque para o ensino fundamental, e a superação do analfabetismo – absoluto e funcional – teriam um papel muito mais relevante do que a atenção que mereceram dos últimos governos. O aspecto relativo à educação e à escolarização é de importância capital para o enfrentamento da exclusão social, pois a sociedade contemporânea requer de todo indivíduo capitais simbólicos mínimos sem os quais, simplesmente, não é possível participar do mercado de trabalho.

A escala dos desafios

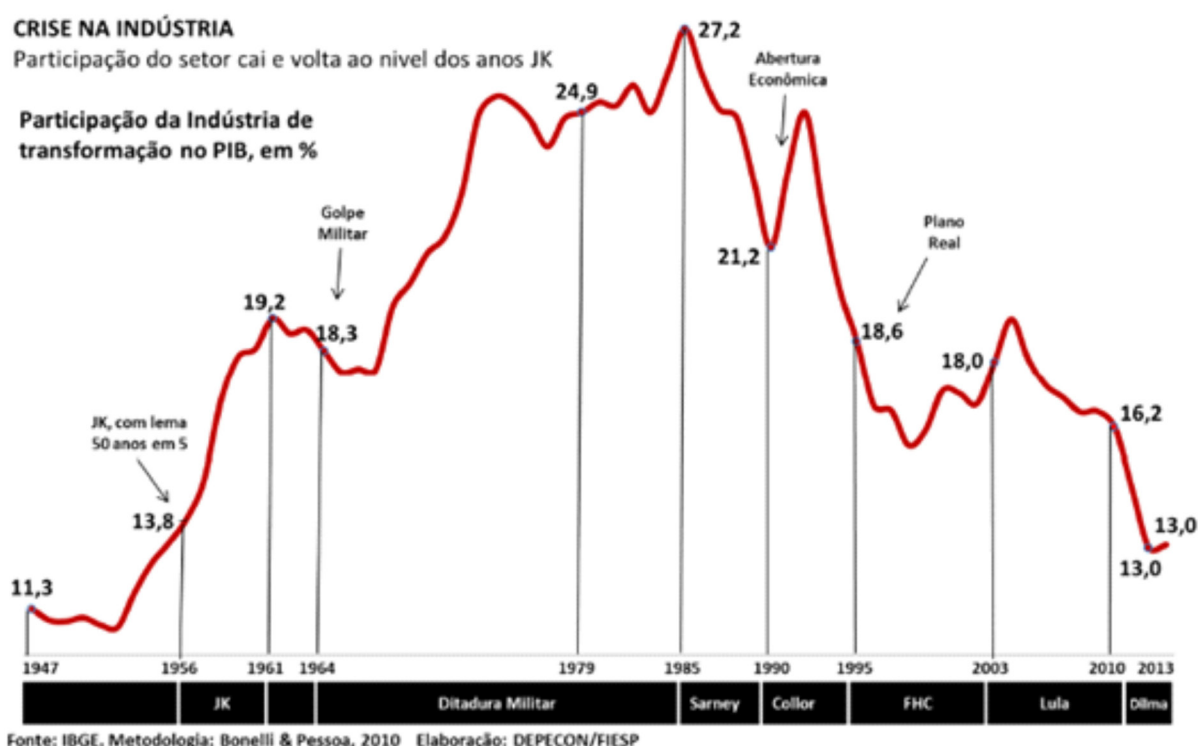
Todos os que viveram as desesperanças que a ditadura trouxe e as agruras das décadas perdidas sabem que houve avanços de monta no Brasil. Melhoramos e essa é uma conclusão que não se pode afastar. Não é esse sentimento, contudo, que resta em um balanço final, não é esta convicção que a história pauta ao menos desde de junho de 2013; não foi essa a mensagem que resultou das eleições presidenciais de 2014.

Há algumas ordens de compreensão política que operam melhor sob a perspectiva da *longa duração*, da leitura dos ciclos hegemônicos e que são, portanto, fundamentais à elucidação da conjuntura que sempre quer se impor sobre tudo o mais. Se hoje sobressaem as insuficiências de um período de avanços reais, mas modestos diante das urgências dos segmentos populares; melhorias essas iniciadas por Itamar Franco, não se trata apenas dos descaminhos do Governo Dilma – ainda que eles tenham sido essenciais a este processo.

É fundamental compreender que o Governo Dilma é o lugar de chegada do esgotamento de uma hegemonia política que não conseguiu levar a cabo, não ao menos de forma completa, as tarefas a que se propôs e o mandato que recebeu da população para tanto. Não se trata, portanto, apenas das fragilidades do atual governo, mas do que a hegemonia que o Partido dos Trabalhadores encabeça desde 2003 pode fazer e aquilo que deixou pelo caminho. Um olhar equilibrado e crítico se dará conta de que aquilo que ficou para trás é muito e, infelizmente, não raro, relacionado aos interesses vitais do País e dos segmentos populares.

Não são poucas as limitações, visto que i) no concreto somos, ainda hoje, portadores de uma cultura política em que tem enorme relevo o “balcão de negócios”, como mecanismo de eleição de prioridades de governo, e ii) do ponto de vista socioeconômico os ricos ficaram ainda mais ricos; iii) apesar de todo o discurso social-desenvolvimentista, nas últimas décadas os setores conservadores se reorganizam a partir de uma perspectiva que articula a predominância do capital financeiro e fragilização da indústria de transformação, com estímulo à indústria extrativa e exportadora; iv) nossa indústria de transformação, pasme-se, voltou a ter a mesma participação do PIB que tinha em primórdios da era Juscelino Kubitschek. **Falta-nos, especialmente, um projeto estratégico de desenvolvimento**, o que ocorre porque o campo hegemônico que tem conduzido o governo no período recente capitulou, se aliou em condição de subalternidade, aos interesses daqueles que veem no Brasil um ativo privado, sobre o qual têm direitos ilimitados, que se exercem às expensas dos segmentos populares aos quais se reservam, quando muito, as quimeras de um processo modesto, diga-se de passagem, de crescimento.

Gráfico 4: participação da indústria da transformação no PIB, em %





Temos neste contexto um novo campo, em que predomina o agronegócio; uma pujante indústria extrativa mineral; bens de consumo de padrão global. Na composição do produto preponderam os serviços, como nas economias capitalistas maduras, mas em lugar de desenvolvermos aplicações de alta complexidade tecnológica, nos vemos diante de grande participação dos serviços públicos, serviços privados urbanos que se aproximam de bicos, que combina muito bem com a precarização global das relações de trabalho e amplo descaso com ciência, tecnologia e inovação.

Essa configuração que muitos tomam como “moderna” joga a velha partida da subalternidade, fundamentada em i) **rentismo** que congrega instituições financeiras, investidores nacionais e internacionais endinheirados e curtoprazistas, exportadores de primários e ii) **privatização do Estado**, no sentido de se garantir que o orçamento se transforme em uma máquina de servir os juros da dívida, que agora é predominantemente interna. Esses juros, sacrossantos, alimentam a um só tempo a finaceirização das perspectivas a partir das quais se conduzem as políticas macroeconômicas e definem o lugar que as políticas sociais ocupam no discurso e na prática.

Ninguém mais precisa dizer que as políticas sociais são coisa de comunistas, como à época da ditadura. Ao contrário, é possível ser entusiasticamente favorável a elas, discursar em nome da eliminação da pobreza, desde que se pratique, à risca, a lógica do serviço da dívida como prioridade zero. Desse modo, a ínfima porção dos extremamente ricos podem continuar enriquecendo a taxa cada vez mais altas, ao passo que o atendimento das urgências dos debaixo são programadas para quando houver migalhas orçamentárias que possam satisfazê-las. Para demonstrá-lo basta dizer que o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada representam juntos um ínfimo 1% do PIB, ao passo que os juros da dívida do setor público alcançam o patamar de 5,7%.

Gráfico 5: despesas do Governo Federal, em R\$ bilhões

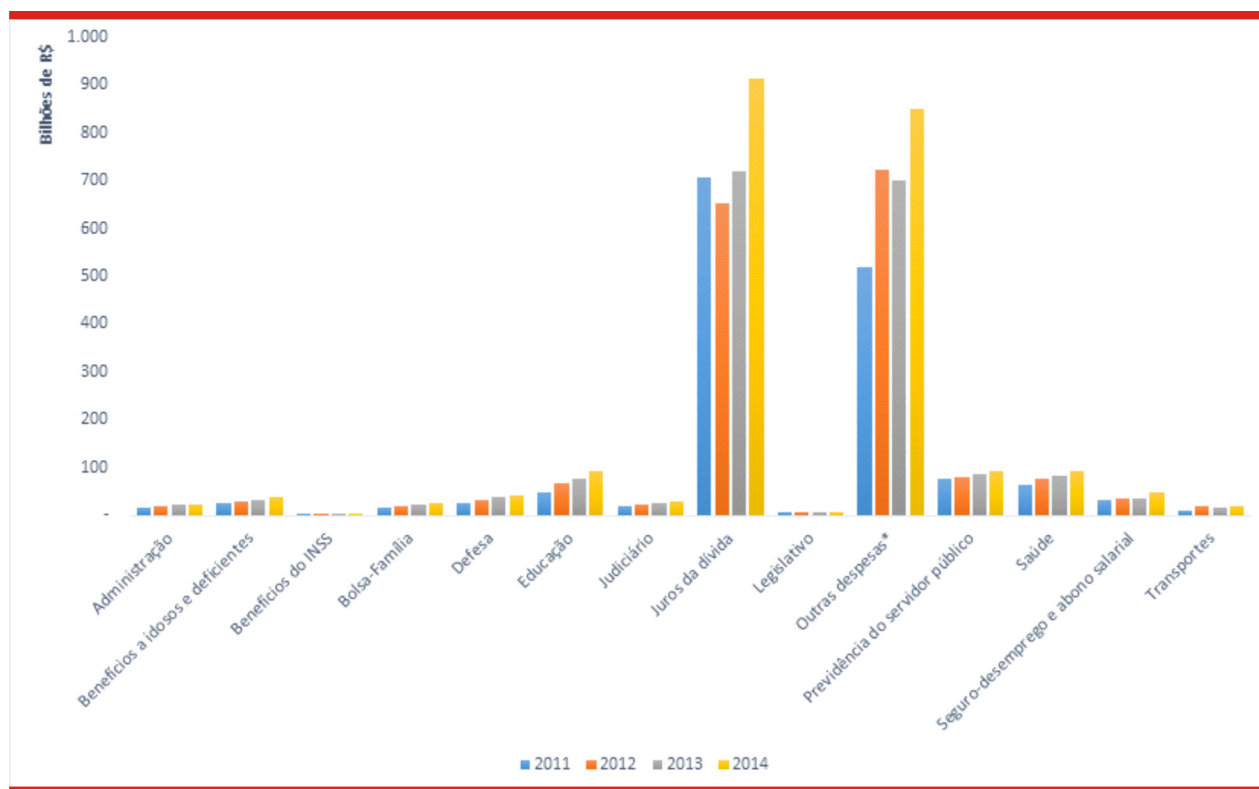
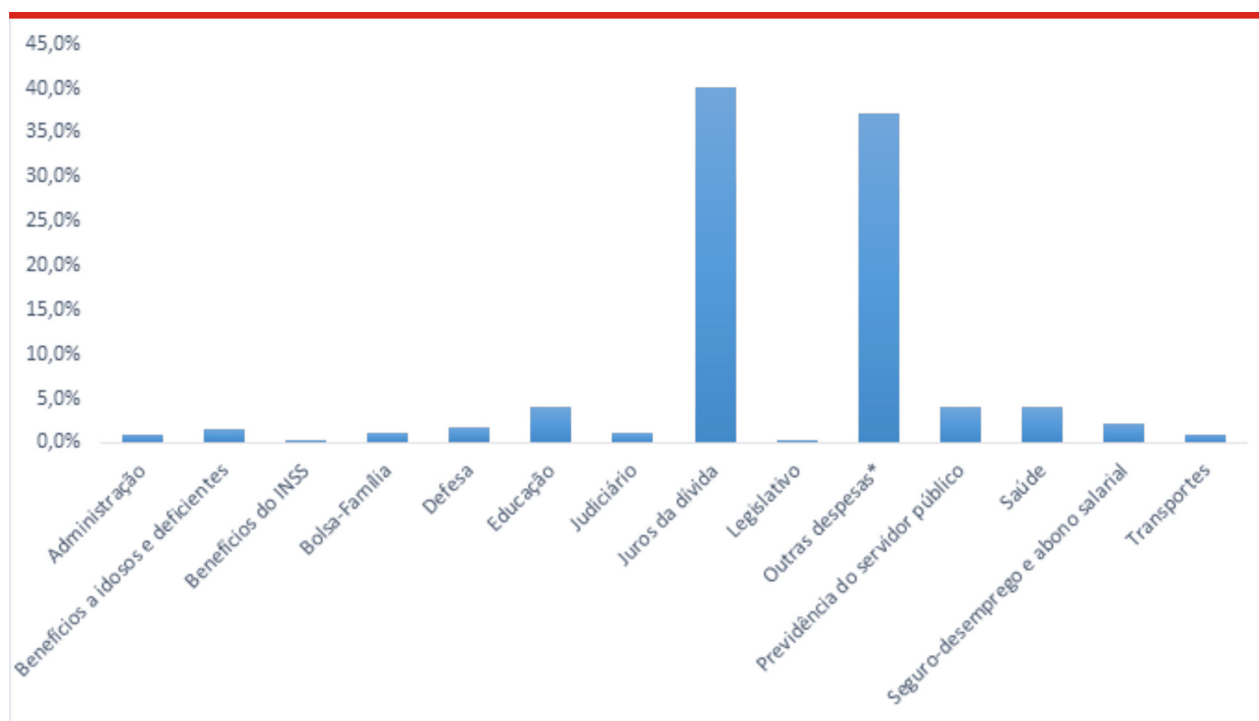


Gráfico 6: despesas do Governo Federal, em % da despesa total



Quadro 2: Transferências sociais do governo, Brasil (2009)

Tipo	Nome	Valor em 2009	
		Absoluto (R\$ bilhões)	Relativo (% do PIB)
Assistência Social	Benefício de Prestação Continuada (BPC)	18,7	0,6
Assistência Social	Programa Bolsa Família (PBF)	12,5	0,4
Previdência Social	Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	199,2	6,1
Previdência Social	Regime Próprios de Previdência Social (RPPS)	134,2	4,1
Outras Transferências	Abono Salarial	7,6	0,2
Outras Transferências	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	54,7	1,7
Outras Transferências	Seguro Desemprego	19,7	0,6
Total		446,6	13,7

Fontes: Matriz de Informação Social (SAGI/MDS)¹. Brasil. (2009; 2011; 2013). CEF (2010).

Quando se pensam os desafios propostos ao Brasil no presente momento, com foco na implementação das políticas para o desenvolvimento e políticas sociais, é fundamental que se conclua que o atual governo foi agente essencial ao estabelecimento de um quadro que é crítico e que promete grande comprometimento das expectativas de nosso povo.

As mazelas que foram renunciadas na campanha do Governador Eduardo Campos, que chamou atenção para os limitantes do crescimento, para a emergência de pressões inflacionárias relevantes – muitas delas vinculadas à velha prática da administração de preços públicos, com fins eleitorais –, para a crise energética com repercussões em termos tarifários, para a irresponsabilidade relativamente aos investimentos em infraestrutura, hoje se evidenciam de modo claro.

O Governo da Presidente Dilma é responsável de forma direta e imediata por problemas cujas dimensões sequer chegou a compreender, posto que se entregou à virtualidade das promessas da propaganda política, em lugar de fazer aquilo que se impunha aos brasileiros comuns: a preocupação com a disponibilidade e o preço da energia; a crise hídrica que já se renunciava; o preço da gasolina depois das eleições; a saúde financeira da Petrobras, obrigada a bancar com endividamento, a política de boas notícias à época das eleições. Inflação, baixo crescimento, constrangimentos em nossa infraestrutura para o desenvolvimento, patrimonialismo escancarado, corte de investimentos e constrangimentos ao custeio de serviços públicos: esses elementos foram entregues aos brasileiros em princípios de 2015, devidamente embrulhados em um enorme saco chamado desesperança.

Esse **passivo** gigantesco se apresenta agora a um governo que, não tendo qualquer projeto estratégico digno do nome, informado pelas conveniências do marketing político, em lugar dos diagnósticos técnicos, literalmente não sabe o que fazer e, por isso, reage em lugar de atuar. Esse cenário exige, conclama, que outros atores políticos se credenciem para conduzir o Brasil, compondo um novo quadro hegemônico, que tire o País da defensiva, da letargia dos que ficam atônitos diante da evidência de seus próprios erros.



O que deveria ser o fazer político do PSB neste contexto?

Um partido político compromissado com as causas populares, como tem sido o PSB, não pode ser um fim em si mesmo. Se a meta fosse apenas disputar os certames eleitorais, na ausência de um projeto efetivo de mudança das condições sociais e econômicas do Brasil, melhor seria a adesão às agremiações que já se pautam por essa perspectiva.

O que nos cabe fazer, diante da oportunidade que representa o clamor popular por mudança, por melhoria da qualidade de vida, por melhores oportunidades de emprego e renda, mais saúde, educação, segurança pública? Quais são os riscos dirigidos a nós, pelas ameaças do cenário prospectivo, que pode vir a punir de forma exemplar o imobilismo, seja ele de extração governista ou não? O que assistimos nesse exato momento na Espanha, com o Podemos; na Grécia com o Syriza? Não esperam os brasileiros, também eles, por um sujeito político que paute as demandas populares como objetivo maior?

Não foi exatamente esta a expectativa que a candidatura Eduardo Campos animou? Ela não representava uma alternativa efetiva, justamente porque não fazia o discurso da irresponsabilidade fiscal que povoa o pensamento da mídia, mas sim da adequada contextualização da responsabilidade fiscal, em um cenário de “revolução dentro da ordem”, ou seja, de inversão de prioridades na máquina governamental; de desprivatização do Estado? Nada de jogos de palavras e boas intenções, a candidatura do PSB pretendia alterar de forma dramática o fazer do Estado, para que esse objetivamente estivesse a serviço das urgências populares.

Não por acaso, considerado os elementos diagnósticos que se apresentaram acima, a candidatura que se propôs em 2014 mantém força e frescor para o futuro imediato: houve uma compreensão precisa do que aguardava o Brasil e as proposições para fazer face ao cenário vão muito além das medidas tópicas, com as quais o governo remenda aqui e acolá o pouco que se fez.

Como fundar um novo fazer político?

Se um partido comprometido com as causas populares como é o PSB não é um fim em si mesmo, se ele deve ser animado por um projeto de larga escala e duração, a tarefa de pensar esse **Projeto** deve estar compreendida no próprio processo de Planejamento Estratégico, que estamos prestes a iniciar. Nesse sentido, como um estímulo ao debate, são pontuadas as grandes linhas de pensamento, que emergiram na preparação da campanha de Eduardo Campos à Presidência da República.

Como se poderá ver, nem tudo se fez Programa de Governo, visto que a dinâmica de campanha tem uma lógica peculiar. Os pontos que se seguem, contudo, podem ser imaginados como os grandes anseios partidários à época, na perspectiva da construção de uma nova hegemonia política, que tenha o PSB como líder do campo político que comunga com os princípios da esquerda democrática.



Reforma do Estado brasileiro

Para que as políticas públicas possam ser efetivamente instrumento de inclusão social é fundamental que o Estado passe por um projeto de reinvenção, de tal forma que a máquina estatal seja posta a trabalhar em favor da população e não de interesses corporativos, ou daqueles setores que se apropriaram do Estado por práticas patrimonialistas.

A reforma do Estado implica, portanto, se pensada nessa escala a (o):

- Reforma política;
- Transparência efetiva nos gastos públicos;
- Controle social das políticas públicas;
- Democratização do processo orçamentário e o planejamento participativo

O Estado, para ser verdadeiramente compatível com um projeto de desenvolvimento, cuja centralidade encontra-se na promoção da inclusão social, deve ser racionalizado, eliminando-se ineficiências, superposições, e a excessiva burocracia, de tal modo a que o setor público aumente sua produtividade e possa, conseqüentemente, ampliar de maneira significativa a disponibilidade dos serviços públicos e sua qualidade.

- Universalizar o acesso a bens públicos

Se a estabilidade, os ganhos reais do salário mínimo e, particularmente, o fenômeno recente do crédito para a economia brasileira trouxeram um alento no acesso ao consumo, o acesso a bens públicos no sentido amplo do termo (saúde, segurança, educação, habitação, saneamento, mobilidade e transportes, cultura etc.) ainda permanecem como luxo de poucos.

Os avanços realizados não foram suficientes para superar as desigualdades sociais e equacionar esses desafios estratégicos, dos quais depende de modo essencial a qualidade de vida da população. Para tanto não bastarão políticas de governo, que não asseguram coerência no tempo e a persistência proporcional à escala dos desafios. **O adequado provimento de bens e serviços públicos requer o recurso a políticas de Estado.**

- A urgência da reforma urbana

Segundo o IBGE, no censo de 2010, o Brasil possuía 5565 municípios. Destes, mais de 50%, ou seja 2799, surgiram nos últimos 50 anos. A partir de 1940, o êxodo rural altíssimo fez com que a população urbana que, em 1940, era de 31,2% e em 1960, de 45,1%, alcançasse 56,0%, em 1970 e 84,4%, em 2010.

Desse modo, a grande maioria das cidades brasileiras cresceu desprovida de uma infraestrutura mínima e, com efeito, hoje o País possui um conjunto bastante heterogêneo de

municípios, tanto em relação a seu processo histórico, como frente aos indicadores de população, economia e condições de vida, em que predominam um processo de urbanização de baixa qualidade, o que afeta de modo muito particular os segmentos populares.

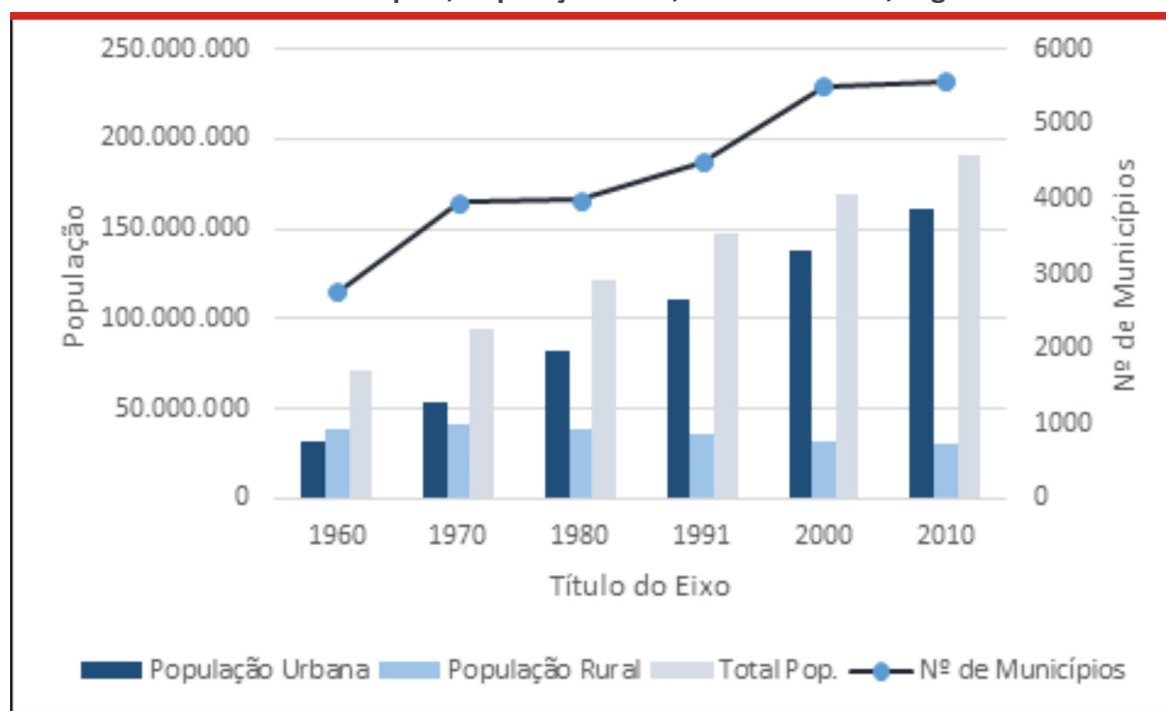
Déficit habitacional, saneamento precário ou inexistente, problemas imensos de mobilidade, periferização são elementos territoriais de um modelo de desenvolvimento econômico excludente, que só serão corrigidos pela implantação de políticas urbanas que possam incluir os diferentes estratos e segmentos sociais. O a seguir reflete tal situação:

Quadro 3: Número de Municípios, População Total, Urbana e Rural, segundo os Censos

Censo	Nº de Municípios	População Urbana	População Rural	Total Pop.
1960	2766	32.004.817	38.987.526	70.992.343
1970	3952	52.904.744	41.603.839	94.508.583
1980	3991	82.013.375	39.137.198	121.150.543
1991	4491	110.875.826	36.041.633	146.917.459
2000	5507	137.755.550	31.835.143	169.590.693
2010	5565	160.925.792	29.830.007	190.755.799

IBGE. Série Histórica

Gráfico 7: Número de Municípios, População Total, Urbana e Rural, segundo os Censos





Nesse sentido preciso, falar de acesso a bens públicos, ampliação da qualidade de vida da população, implica necessariamente um reordenamento de nossas cidades, feito sob a perspectiva de uma efetiva reforma urbana, que não se acanhe em utilizar os instrumentos previstos no Estatuto das Cidades, com destaque para o uso social da propriedade.

- Adotar o planejamento estratégico e construir políticas de Estado

Para que superemos efetivamente a desigualdade e se possa dar um passo sobre o estágio de pobreza em que se encontra o povo brasileiro, é fundamental desenvolver ações de curto, médio e longo prazo, **políticas de Estado**, que não apenas recuperem os atrasos históricos e os déficits que a sociedade brasileira acumula, mas que aumentem o repertório de possibilidades de cada cidadão e cidadã, na construção de sua autonomia e emancipação.

As políticas públicas, construídas como políticas de Estado, não podem ser pensadas fragmentariamente, sob pena de reduzir sua eficácia e, em o fazendo, não serem instrumentos de promoção de inclusão social. Deste modo, é fundamental que se valorize a articulação, integração e harmonização das políticas públicas, para que aos direitos humanos, indivisíveis por natureza, corresponda uma lógica de atenção integral ao cidadão. É fundamental, portanto, que elas sejam reunidas e tornadas reciprocamente consistentes, no âmbito de um amplo processo de **Planejamento Estratégico**.

- Novo federalismo

Nessa mesma perspectiva, para que se possa criar uma lógica consistente de planejamento e intervenção na realidade, promovendo o desenvolvimento de políticas públicas que superem a exclusão e acelerem a inclusão social é fundamental que se repense o arranjo federativo, como elemento inerente à reforma do Estado.

É fundamental redesenhar a divisão de recursos, com maior alocação de receitas tributárias originárias aos estados e municípios. Ao mesmo tempo, cumpre revisitar as competências de cada ente federado. Não pode continuar cabendo à União a maior parte dos recursos orçamentários e aos demais entes, mais próximos da população, o maior conjunto de responsabilidades.

- Aprimorar a democracia

É preciso superar as práticas fisiológicas e patrimonialistas que orientam o Estado, nas quais a gestão da coisa pública se subordina aos interesses privados, em detrimento do atendimento às urgências e carências do conjunto da população. É necessária mudança profunda, portanto, do sistema político para permitir a emergência de outro modelo de governabilidade, cujos alinhamentos se deem em torno de afinidades programáticas e não sob a lógica da distribuição de feudos dentro do Estado, do dismantelamento da gestão pública e do uso caótico, perdulário e dispersivo do orçamento nacional.

Para que isso aconteça, é imprescindível estabelecer as condições para que cidadania ativa se converta em fonte de legitimidade da governabilidade e do direcionamento da ação do Estado, motivando a participação no controle social das políticas públicas. Nesse quadro tem importância fundamental:

- Atentar para as possibilidades de uma reforma política que permita enxugar o quadro partidário;
- Qualificar os membros das diferentes agremiações;
- Aprofundar a democracia participativa;
- Materializar a democratização do acesso à informação e ao conhecimento;
- Estabelecer o diálogo contínuo com os movimentos sociais e o enfrentamento das novas e antigas oligarquias, que encastelaram seus interesses e quadros no aparelho de Estado.

Agenda desenvolvimentista

Dentre as diferentes ordens de insuficiências que têm caracterizado o atual governo, há um elemento fundamental, ou seja, a compreensão limitada do que venha a ser o espaço nacional e sua importância para a construção de um projeto político que nos conduza enquanto nação à soberania, autonomia e liberdade.

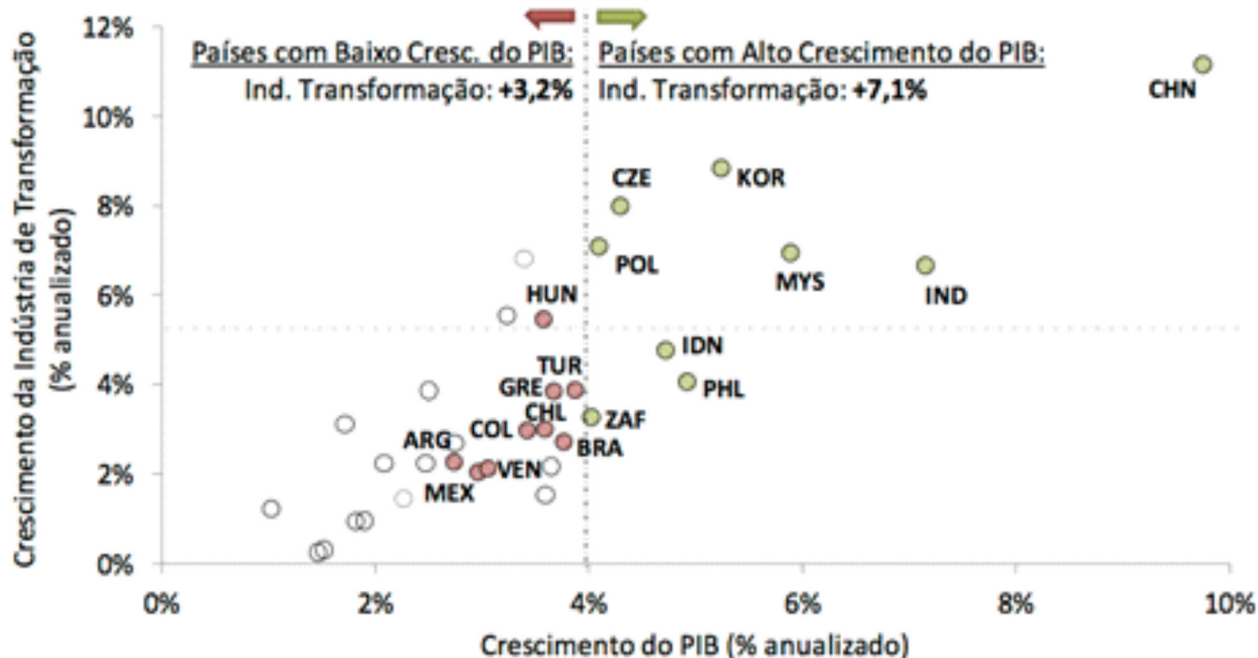
Vale retomar, aqui, a desconstrução que o neoliberalismo operou, tentando minimizar a importância do Estado e, particularmente, sua configuração como Estado-Nação. Apresentou-se nesta concepção o programa do capital em sentido puro, ou seja, uma globalização excludente, em que as nações hegemônicas e suas empresas líderes pretenderam acessar de forma direta e espoliadora as dimensões subnacionais, deixando para trás, sem qualquer ordem de atenção, os segmentos populacionais que não pudessem se apresentar aos mercados globais – o que, no caso do mundo em desenvolvimento, significa possuir habilidades e competências que apenas muito poucos têm, ou se sujeitar a salários que mal superam o limite estrito da sobrevivência, quando o fazem.

A reconstrução do espaço nacional e das políticas públicas que lhe dizem respeito demonstra-se, nesse contexto, como uma tarefa histórica, pois é por seu intermédio que serão resgatadas as dívidas seculares para com os segmentos populares. O governo atual, que perfará a seu final um ciclo de dezesseis anos, tem capitulado diante desse desafio. Acomodou-se às demandas do grande capital globalizado e se apequenou frente aos requisitos da banca internacional. Crítico a Fernando Henrique e sua política macroeconômica, conduz o país a um processo de desindustrialização, que faz par com o rentismo inerente à financeirização do capital, conforme se indicou mais acima.

Superar esse cenário implica, necessariamente, reverter a desindustrialização pela qual passa o Brasil, especificamente no que diz respeito à indústria de transformação (**ver Gráfico 4, página 32**), criando espaço para a retomada tanto do desenvolvimento, quanto do crescimento

econômico. Note-se que a pujança da indústria de transformação é peça chave nessa questão, porque ela é essencial ao dinamismo econômico, como demonstra o Gráfico 8 – ou seja, quanto maior o crescimento da indústria da transformação, maior o crescimento do PIB.

Gráfico 8: crescimento da indústria de transformação x crescimento do PIB - Brasil e países selecionados



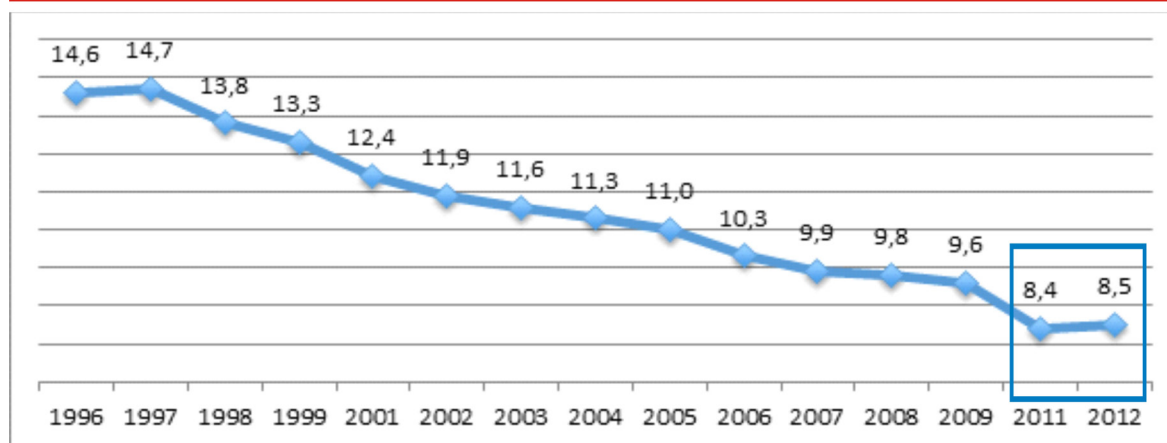
Fonte: WDI/Banco Mundial; Elaboração: Decomtec/FIESP

6

Educação para o desenvolvimento

Nesse contexto se compreende porque o analfabetismo se constitui, ainda em nossos dias, em um desafio de proporções imensas: ele demonstra que o alcance do conjunto das políticas sociais ainda é limitado e que a exclusão encontra mecanismos endógenos de propagação na sociedade brasileira. Destrói-se, desse modo, o capital simbólico de que um conjunto expressivo de brasileiros necessita para participar do processo de desenvolvimento do País, como sujeitos autônomos. O Governo atual parece desconhecer esse requisito, pois permitiu que o analfabetismo aumentasse, em lugar de promover uma vigorosa redução do mesmo.

Gráfico 9: Taxa de analfabetismo no Brasil - 15 anos ou mais



Fonte: PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio. Em 2000 e 2010 não houve PNAD

A mesma leniência em combater o analfabetismo absoluto pode ser encontrada quando se trata do analfabetismo funcional, em que se demonstra uma estabilização do Índice Nacional de Analfabetismo Funcional – Inaf em patamares significativamente elevados.

Quadro 4: evolução do Indicador de Alfabetismo Funcional – Inaf, População de 15 a 64 anos (em %)

Categorias	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011-2012
Analfabeto	12	13	12	11	9	7	6
Rudimentar	27	26	26	26	25	21	21
Básico	34	36	37	38	38	47	47
Pleno	26	25	25	26	28	25	26
Analfabetos funcionais (Analfabeto e Rudimentar)	39	39	38	37	34	27	27
Alfabetizados funcionalmente (Básico e Pleno)	61	61	62	63	66	73	73
Base	2002	2002	2002	2002	2002	2002	2002

Fonte: INAF BRASIL 2001 a 2011¹

Obs.: Os resultados até 2005 são apresentados por meio de médias móveis de dois em dois anos de modo a possibilitar a comparabilidade com as edições realizadas nos anos seguintes.

1 O Instituto Paulo Montenegro e a ONG Ação Educativa, parceiros na criação e implementação do Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), lançam mais uma edição da pesquisa que completa uma década. Os resultados mostram que durante os últimos 10 anos houve uma redução do analfabetismo absoluto e da alfabetização rudimentar e um incremento do nível básico de habilidades de leitura, escrita e matemática. No entanto, a proporção dos que atingem um nível pleno de habilidades manteve-se praticamente inalterada, em torno de 25%. Fonte: http://www.ipm.org.br/ipmb_pagina.php?mpg=4.02.01.00.00&ver=por&ver=por

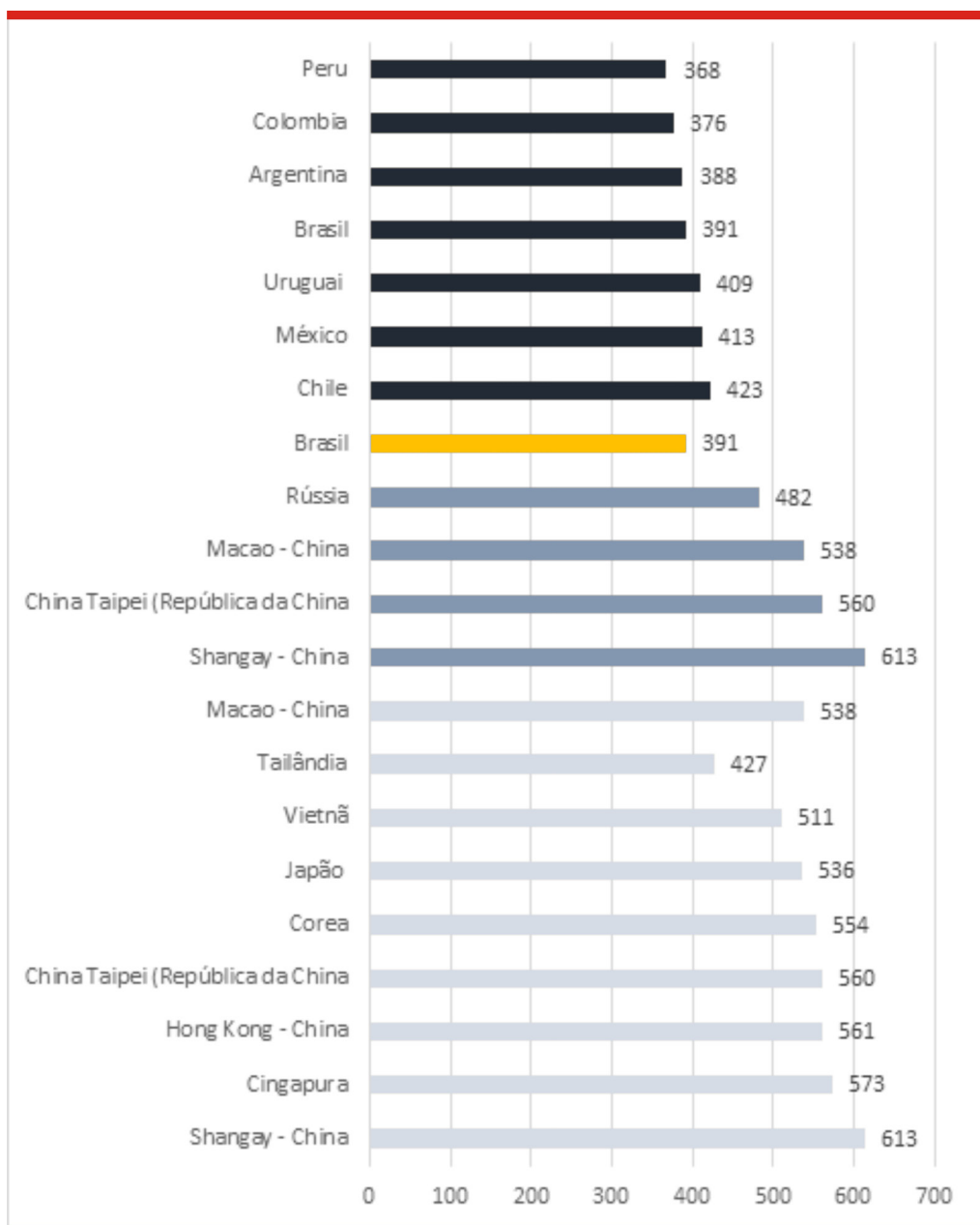
O desempenho acadêmico de nossos estudantes demonstra haver dificuldades expressivas em termos comparativos, como se pode ver por nosso posicionamento no PISA.

Quadro 5: desempenho em matemática - valor médio (países selecionados)

	País	Escore Médio
Leste Asiático	Shangai - China	613
	Cingapura	573
	Hong Kong - China	561
	China Taipei (República da China)	560
	Coreia	554
	Japão	536
	Vietnã	511
	Tailândia	427
	Macao - China	538
BRICS	Shangai - China	613
	China Taipei (República da China)	560
	Macao - China	538
	Rússia	482
	Brasil	391
Mercosul	Chile	423
	México	413
	Uruguai	409
	Brasil	391
	Argentina	388
	Colômbia	376
	Peru	368

Fonte: Education at a Glance 2013 - © OECD 2013

Gráfico 10: desempenho em matemática - valor médio (países selecionados)



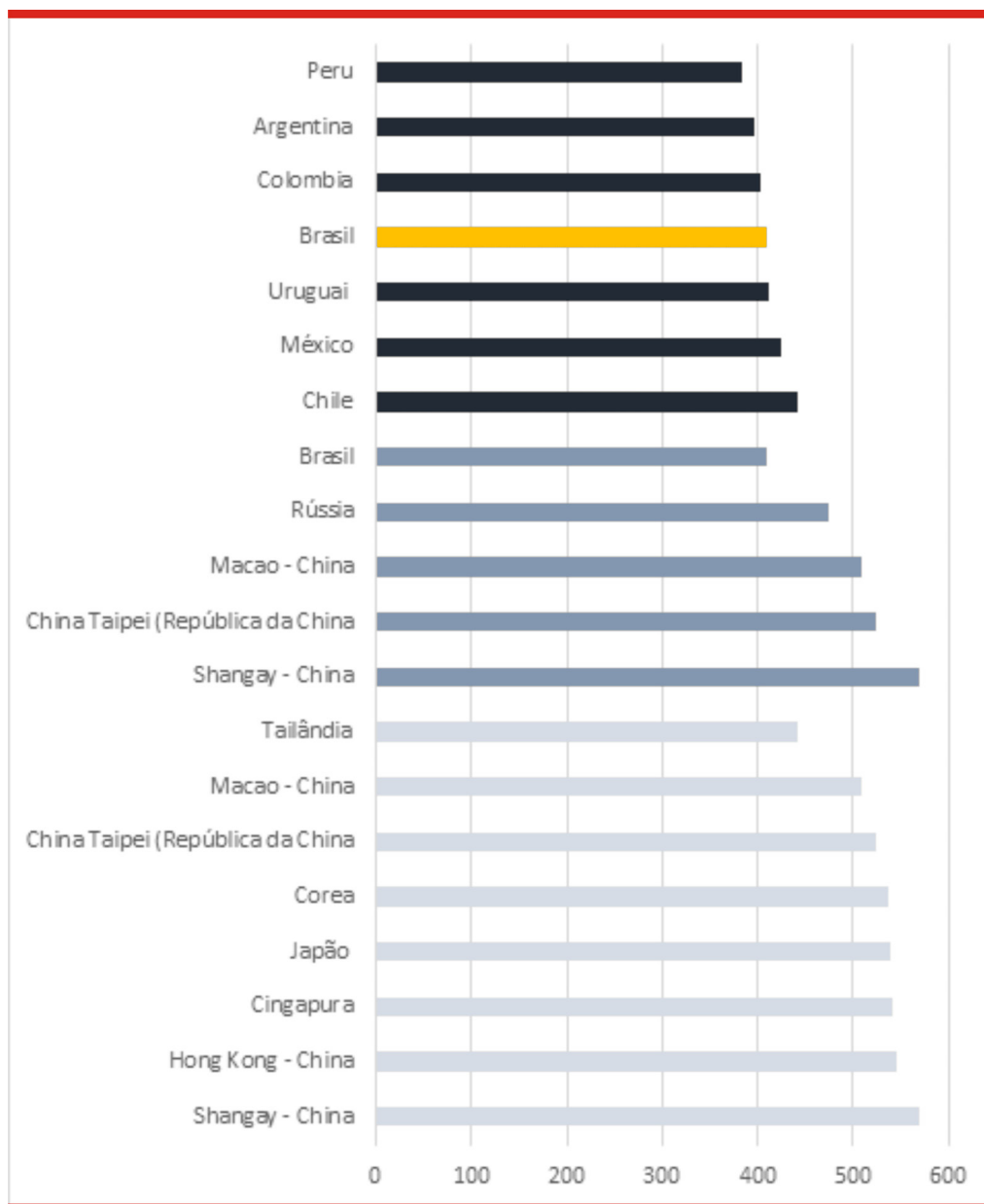
Fonte: Education at a Glance 2013 - © OECD 2013.

Quadro 6: desempenho em leitura - valor médio (países selecionados)

	País	Escore Médio
Leste Asiático	Shangai - China	570
	Hong Kong - China	545
	Cingapura	542
	Japão	538
	Coreia	536
	China Taipei (República da China)	523
	Macao - China	509
	Tailândia	441
BRICS	Shangai - China	570
	China Taipei (República da China)	523
	Macao - China	509
	Rússia	475
	Brasil	410
Mercosul	Chile	441
	México	424
	Uruguai	411
	Brasil	410
	Colômbia	403
	Argentina	396
	Peru	384

Fonte: Education at a Glance 2013 - © OECD 2013

Gráfico 11: desempenho em leitura - valor médio (países selecionados)



A educação brasileira se ressent, complementarmente, de uma revolução que possa alavancar no curto e médio prazo a sua qualidade, a fim de aumentar a produtividade nacional. De 2008 a 2012, a despesa primária do Governo Federal com educação elevou-se de 0.8% do PIB para 1.4%. Em que pese algum avanço nos resultados, o nível de formação do povo brasileiro ainda é muito mais baixo do que o de outros povos emergentes como a Coréia do Sul.

Não pensamos seriamente na educação como chave para indução do desenvolvimento, o que se demonstra claramente a quando se atenta para formação de engenheiros, por ano, entre os países emergentes que integram o grupo dos chamados BRICs:

- China: 650 mil
- Índia: 250 mil
- Rússia: 190 mil
- Coréia do Sul: 80 mil
- Brasil: 30 mil

Deve-se fazer, portanto, um planejamento para que o Governo Federal aporte dinheiro novo à educação, além do que hoje é destinado ao FUNDEB. Dessa forma, poderia ser criado um esquema para que a despesa por aluno seja equalizada em todo o território nacional, com a União Federal transferindo recursos adicionais aos estados e municípios cujos gastos e resultados sejam inferiores aos das outras unidades da federação. Um esquema com esse escopo seria inclusive um poderoso fator de redução das desigualdades regionais, que se realimentam do menor capital humano gerado nas regiões menos desenvolvidas da federação.

Saúde pública

Não se pode falar de desenvolvimento em meio a uma população que não encontra serviços de saúde pública na disponibilidade e qualidade compatíveis com a modernidade. Nesse sentido, o SUS – nada obstante os enormes avanços que implica, com destaque para sua universalidade, que alcança todos os brasileiros, independentemente da questão contributiva – precisa ser aprimorado.

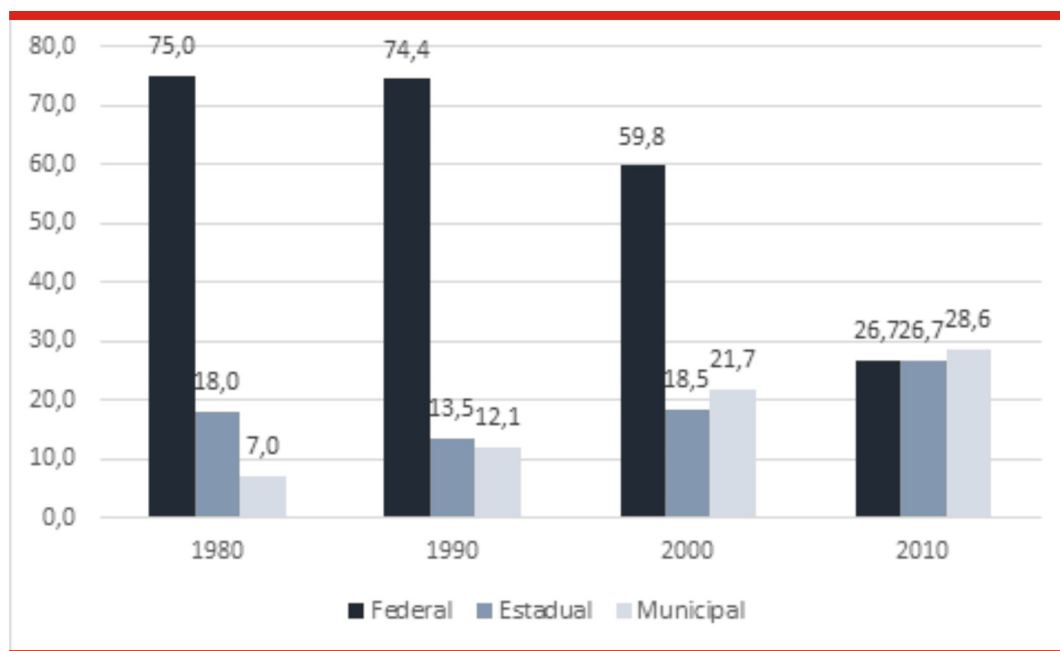
Tal aprimoramento requer, em especial, que a União retome a atenção que deveria desde sempre dispensar a esta política pública, recompondo sua participação no financiamento, que deve ser ampliada, até o limite que permita a entrega de serviços eficientes à população.

Quadro 7: Evolução dos Gastos com Saúde

Ano	Federal	Estadual	Municipal
1980	75.0	18.0	7.0
1990	74.4	13.5	12.1
2000	59.8	18.5	21.7
2010	26.7	26.7	28.6

Fonte: Estimativa IPEA 1980 e 1990;
MS/SPO Ripsa e Sips 2000 e 2010

Gráfico 12: financiamento da política de saúde por esfera da Federação



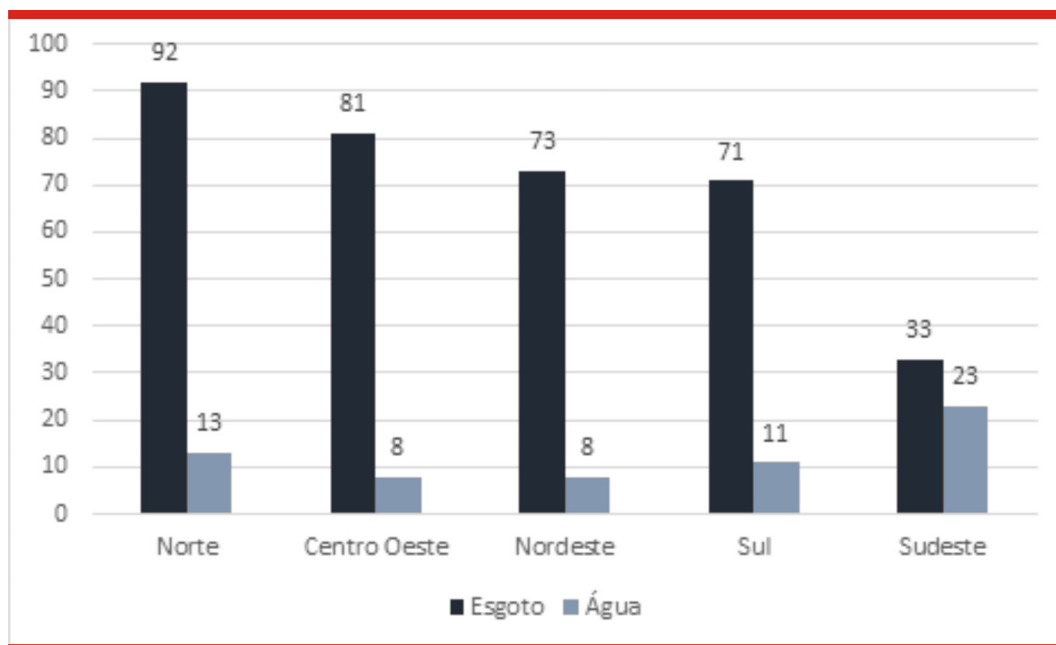
Ainda que o saneamento ambiental seja política pública específica, para fins desse documento, pode-se pensa-la em sua interface com a saúde, visto que a sanidade ambiental tem reflexos relevantes sobre o perfil epidemiológico da população. Nesse sentido, é verdadeiramente alarmante a condição em que se encontra a política de saneamento, cujo estado infelizmente só pode ser revertido a longo prazo, dado o tempo para que amadureçam os investimentos e o esforço orçamentário que envolvem.

Quadro 8: provimento dos serviços de água e esgoto, por região do País

Região	Esgoto	Água
Norte	92	13
Centro Oeste	81	8
Nordeste	73	8
Sul	71	11
Sudeste	33	23

Fonte dos Dados: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental / Sistema Nacional de Informação sobre Saneamento - SNIS / Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos - 2011

Gráfico 13: provimento dos serviços de água e esgoto, por região do País



Políticas industrial e de ciência, tecnologia e inovação

O Brasil carece de uma política industrial que caminhe no sentido de promover autonomia e um novo padrão de inserção nos mercados internacionais. O estímulo à indústria extrativa e às cadeias produtivas envolvidas com o agronegócio constituem uma política industrial, mas claramente insuficiente para satisfazer às expectativas dos brasileiros.

A concepção limitada de nosso projeto estratégico de desenvolvimento e da política industrial impactam diretamente a política de ciência, tecnologia e inovação, em que predomina um quase divórcio entre as universidades e empresas, de tal forma que se observa uma enorme deseconomia de escala.

Se desejamos, de fato, uma economia vibrante, a produção de empregos qualificados, em lugar da informalidade dos serviços de baixa complexidade, precisamos reverter esse cenário por meio de políticas apropriadas, pensadas de forma consistente para operar no curto, médio e longo prazo.

Infraestrutura para o desenvolvimento

Os economistas que avaliavam o padrão de desenvolvimento brasileiro, particularmente ao longo das décadas perdidas (anos 80 e 90 do século passado), usavam como imagem para explicar o cenário o “voo de galinha”, ou seja, ciclos curtos de crescimento, que logo sofriam inflexão.



Os diagnósticos eram claros quanto ao fato de que as limitações infraestruturais gerais inviabilizavam o desenvolvimento sustentável, de tal modo que taxas modestas de crescimento faziam emergir quase que de imediato pressões inflacionárias, o que disparava o alarme no Banco Central, conduzindo a ampliação dos juros básicos da economia e, em consequência, queda no crescimento.

O cenário, passados 12 anos de governos petistas, pouco mudou e os constrangimentos que ainda enfrentamos nos setores de energia, logística e transporte, telecomunicações etc. dão uma boa medida dos desafios. Para que se possa falar de forma consequente em desenvolvimento, é preciso fortalecer e qualificar a infraestrutura para o desenvolvimento, o que exige ir além do PAC que, além de tudo, vem sendo implementado de modo errático pelo Governo Federal.

Conciliar aumento do investimento público e disciplina fiscal

No horizonte fiscal impõe-se harmonizar a necessidade de aumentar o investimento público, reduzir/simplificar a carga tributária e continuar diminuindo a relação dívida/PIB. Não haverá outra saída que não disciplinar o aumento da despesa primária que, entre 2002 e 2012, cresceu 3,7 pontos do PIB.

Sabe-se que 84% do crescimento das despesas primárias são explicados pelas despesas com o INSS e com o custeio dos programas sociais (seguro-desemprego, bolsa-família etc.). Estando essas despesas atreladas ao salário-mínimo e sua política de aumentos reais, percebe-se o tamanho do desafio de melhorar a qualidade dos instrumentos de política social para reduzir a pobreza e, simultaneamente, abrir espaço fiscal para aumentar o investimento público.

Melhorar o ambiente de negócios

É fundamental, ainda, melhorar o ambiente de negócios. O estudo Doing Business do Banco Mundial coloca o Brasil em 130º lugar, em um ranking de 185 países quanto à facilidade de fazer negócios. Apresenta-se a necessidade de se formular um programa audacioso de reforma do estado, com ênfase na meritocracia e na qualidade da gestão, que a faça focar no planejamento vinculado a monitoramento de metas e resultados. É parte dessa iniciativa a desburocratização com simplificação de procedimentos, eliminando superposições de atribuições entre diversos órgãos dos entes federados e mesmo entre esses entes.

A melhoria do ambiente de negócios não prescinde do aprimoramento do sistema tributário. As tentativas muito abrangentes até agora feitas terminaram por despertar uma grande coalizão de interesses contrários. Parece mais realista, portanto, a definição de uma estratégia gradual. Tanto a escolha dos tributos que devem ser modificados ou extintos quanto o horizonte temporal devem obedecer a um planejamento modulado, para que todos possam adaptar suas expectativas. Para acelerar o crescimento econômico o novo governo vai precisar apresentar novas soluções para o desafio de destravar a infraestrutura.



O pensamento estratégico no âmbito da luta política

A conjuntura política, o dia a dia de nossa atuação partidária, nos eleva a pensar segundo aquilo que é imediato. Desse modo, como regra, se apresentam primeiro questões relativas ser governo ou oposição; pensar temas como a reforma política a partir da matemática eleitoral; considerar os desafios próprios ao desenvolvimento, no cenário em que se dá a disputa direta de grupos de interesse, em busca de apoio político para “suas causas”.

Não se pode escapar a essas circunstâncias, porque são inerentes à vida concreta, à sociedade viva em movimento. Por outro lado, a qualificação de nossa atuação depende da criação de espaços privilegiados de reflexão, distintos daquilo que é imediato, e que nos permitam consolidar um pensar estratégico, que é acionado quando da prática, sem que tenha que ser formulado no momento em que ela se desenrola.

O **Planejamento Estratégico** é seguramente um desses espaços e, muito provavelmente, um dos mais importantes entre eles, porque é feito não sob a perspectiva da realidade, que se apresenta com seus condicionamentos normalmente intransponíveis, mas de uma virtualidade que se constrói no presente e se realiza em horizontes que vão do curto ao longo prazo.

Se desenvolvermos uma perspectiva estratégica, no aqui e agora – em que normalmente temos pouquíssimo grau de liberdade – faremos no presente escolhas de qualidade, em nome de um futuro que antecipamos em pensamento, para realizar na *práxis*.

É com base nesse pensar e no fazer político que lhe corresponde que o PSB deve demonstrar que suas postulações fazem sentido e diferença, para aqueles que almejam mudanças sensíveis na história brasileira. Os segmentos populares militam diuturnamente pela realização da justiça, promoção da equidade e ampliação das oportunidades, com as quais pretendem instituir uma vida de cidadania verdadeira.

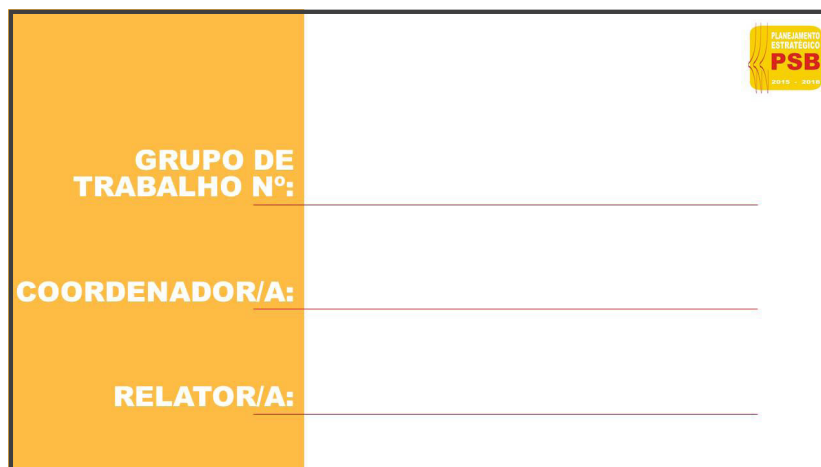
Diante da mesmice que capturou parte significativa dos agentes políticos do País, o PSB deve ser capaz de fazer diferença e levar adiante os desejos de mudança que claramente se manifestaram na última eleição. Para tanto não basta, contudo, boa vontade. É preciso planejar metas e meios, estratégias e táticas, reconhecer oportunidades e ameaças, forças e fragilidades. A intensidade com que faremos diferença e seremos diferentes do que está dado se inicia aqui, com uma atividade de planejamento interno que requer o melhor que cada um de nós possa emprestar ao processo.



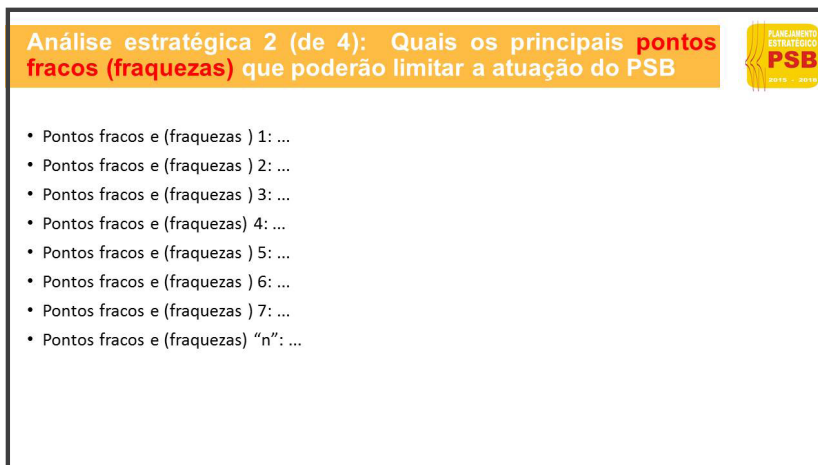
Apresentação ***MATERIAL DE APOIO AOS*** ***COORDENADORES/AS E RELATORES/AS***

MATERIAL DE APOIO AOS COORDENADORES/AS E RELATORES/AS DOS GRUPOS DE TRABALHO (GTs) OFICINA 1 Brasília, 20 de março de 2015	 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PSB 2015 - 2018 PSB Fundação João Mangabeira
--	--

Lâmina 1



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



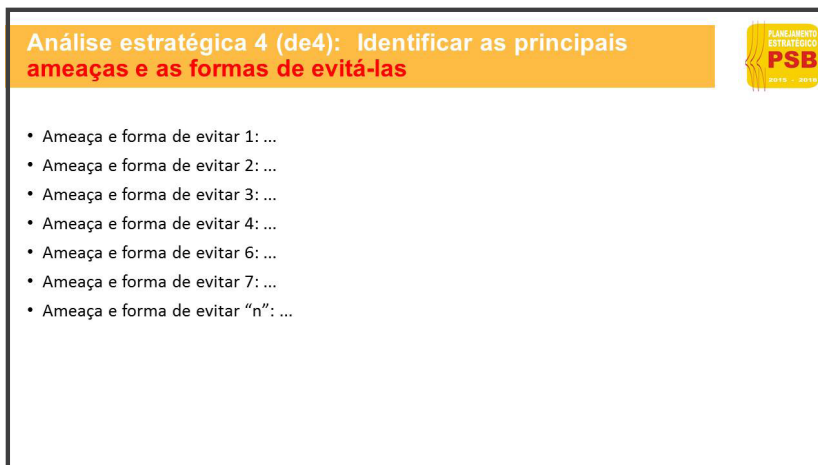
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



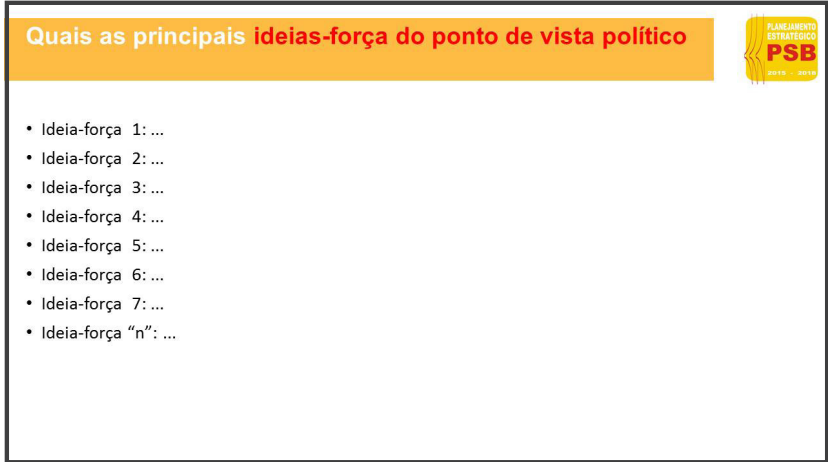
- Oportunidade 1: ...
- Oportunidade 2: ...
- Oportunidade 3: ...
- Oportunidade 4: ...
- Oportunidade 5: ...
- Oportunidade 6: ...
- Oportunidade 7: ...
- Oportunidade "n": ...

Lâmina 5

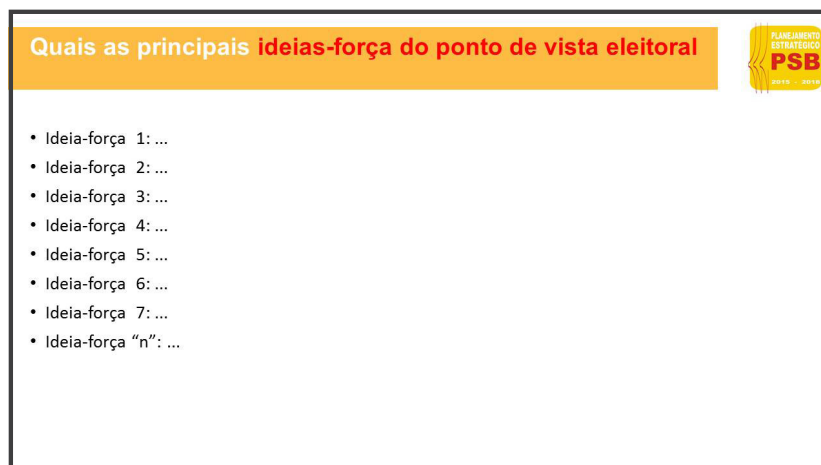
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



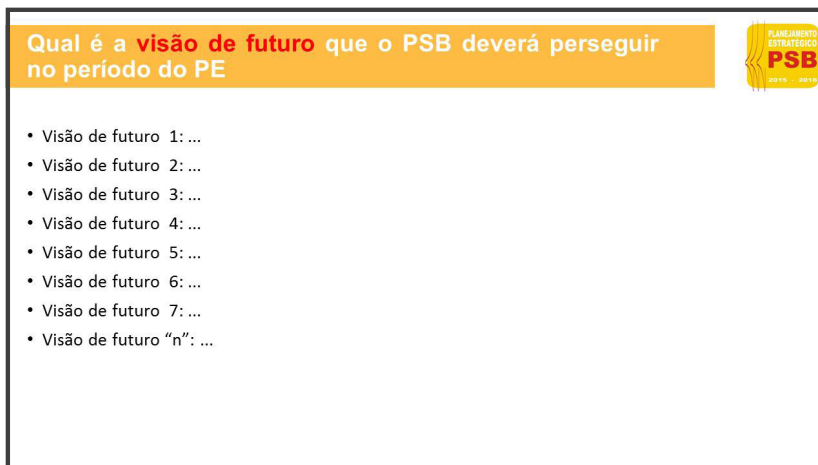
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

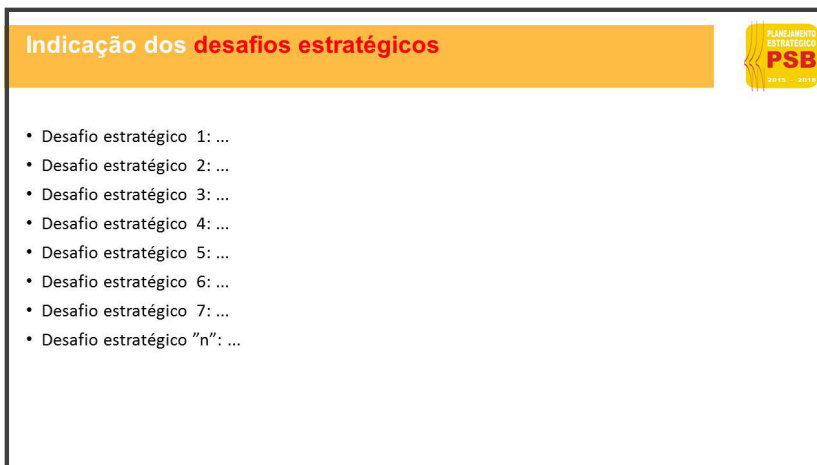


This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

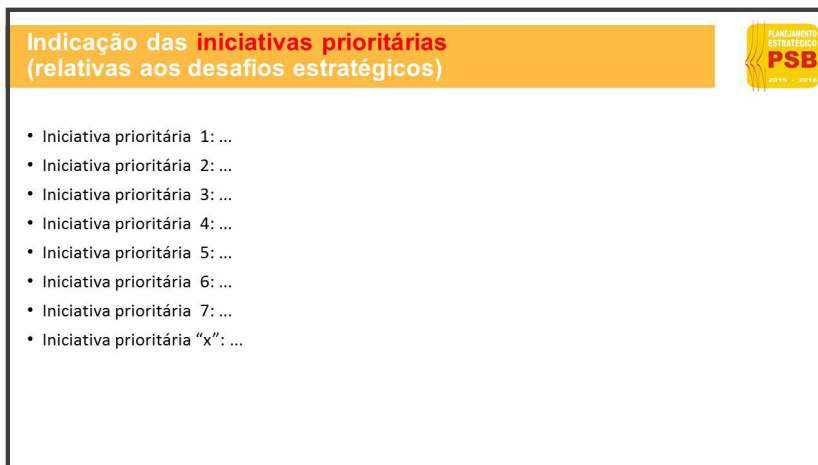


- Frase síntese 1: ...
- Frase síntese 2: ...
- Frase síntese 3: ...
- Frase síntese 4: ...

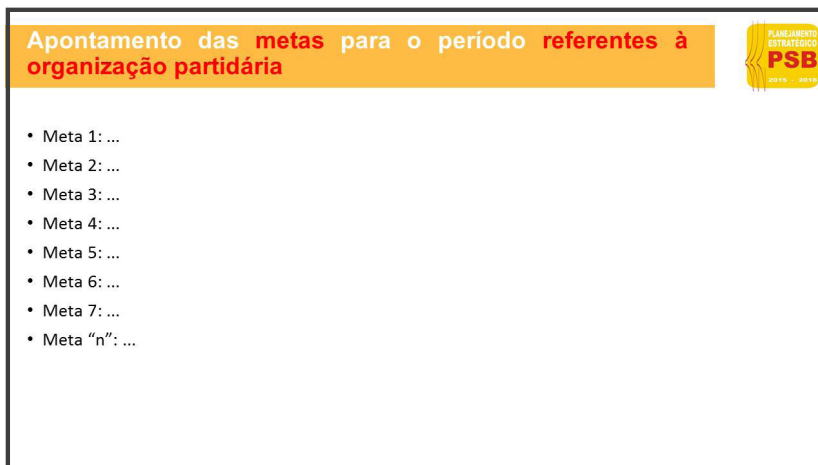
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



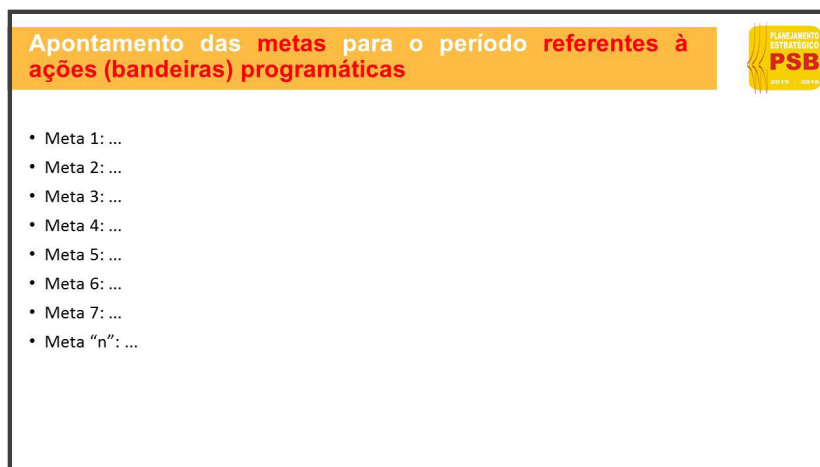
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



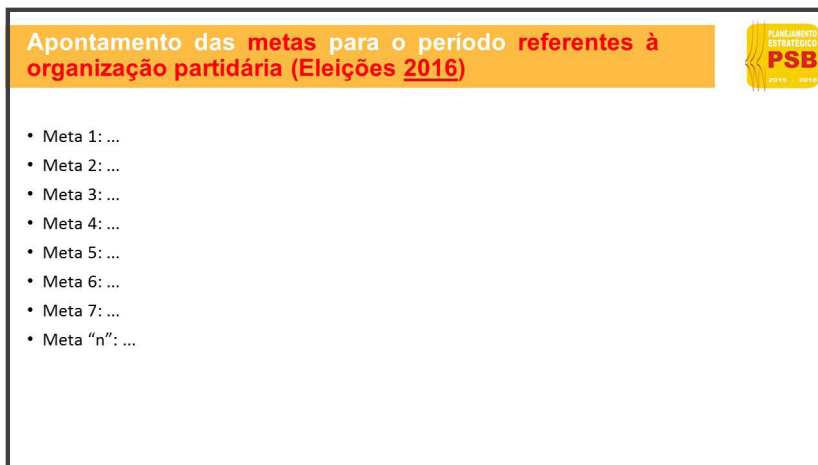
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



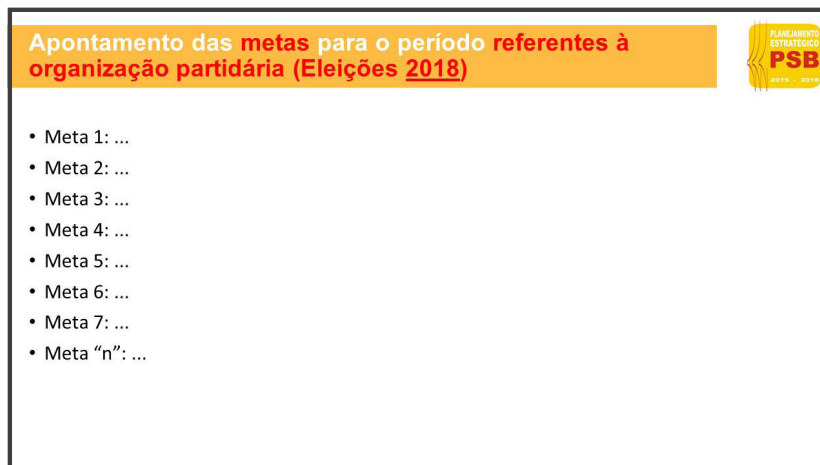
This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.



This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

69













Fundação João Mangabeira

Sede própria - SHIS QI 5 Conjunto 2 Casa 2

CEP 71615-020 - Lago Sul - Brasília, DF

Telefax: +55 61 3365-5277 / 3365-5279

www.fjmangabeira.org.br

www.tvjoaomangabeira.com.br

[fjm@fjmangabeira.org.b](mailto:fjm@fjmangabeira.org.br)